

DESTAQUES
DO ANO

2021



Fotografias: Cortesia de organizações parceiras e parlamentos anfitriões.

ÍNDICE

SOBRE O PARLAMERICAS.....	4	PROYECTO DE LIDERAZGO POLÍTICO DE LA MUJER	32
MENSAGEM DA PRESIDENTA DO PARLAMERICAS	5	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REDE DE PARLAMENTO ABERTO DO PARLAMERICAS	36
OPERAÇÕES E FINANÇAS	6	EXPERIÊNCIAS DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA NA AMÉRICA LATINA.....	37
LEGISLATURAS NACIONAIS REPRESENTADAS EM NOSSO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7	5º ENCONTRO DA REDE DE PARLAMENTO ABERTO DO PARLAMERICAS.....	39
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	8	3º FÓRUM DA REDE DE FUNCIONÁRIAS E FUNCIONÁRIOS DO PARLAMENTO ABERTO.....	48
MECANISMOS DE COLABORAÇÃO	9	WEBINAR: LEI MODELO INTERAMERICANA 2.0 SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA PARA OS PARLAMENTOS DAS AMÉRICAS E DO CARIBE	51
2021 EM RESUMO	10	REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO ROTEIRO PARA A ABERTURA LEGISLATIVA.....	53
FERRAMENTAS INTERATIVAS.....	14	MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REDE PARLAMENTAR SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO PARLAMERICAS	55
RECURSOS E PUBLICAÇÕES	16	5º ENCONTRO DA REDE PARLAMENTAR SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO PARLAMERICAS.....	56
20º ANIVERSÁRIO	17	PROGRAMA DE IMPACTO LEGISLATIVO DA JUVENTUDE DO PANAMÁ: CONSTRUINDO UMA CIDADANIA ATIVA.....	61
18ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA	18	DELEGAÇÃO PARLAMENTAR DA COP26	65
MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REDE PARLAMENTAR.....	24		
PARA A IGUALDADE DE GÊNERO DO PARLAMERICAS.....	24		
CONSTRUINDO UMA POSIÇÃO COORDENADA PARA O CARIBE NA CSW65.....	25		
13º ENCONTRO DA REDE PARLAMENTAR PARA A IGUALDADE DE GÊNERO DO PARLAMERICAS.....	27		

SOBRE O PARLAMERICAS



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas é composto por **35 LEGISLATURAS NACIONAIS** dos países da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas facilita o intercâmbio de **BOAS PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO** em busca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas respalda as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas organiza consultas e constrói **PARCERIAS COM DIVERSAS PARTES INTERESSADAS** como jovens líderes e organizações da sociedade civil



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas está sediada em **OTTAWA, CANADÁ**



MENSAGEM DA PRESIDENTA DO PARLAMERICAS



Prezados e Prezadas colegas,

É um prazer poder fazer uma breve recapitulação do trabalho realizado em 2021, um ano particularmente significativo, tendo em vista que celebramos o 20o aniversário da fundação do ParlAmericas e da adoção da Carta Democrática Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), um valioso instrumento criado para promover democracia, paz e desenvolvimento nas Américas e no Caribe.

Ambos esses marcos constituem exemplos legítimos do compromisso histórico dos países do hemisfério com a democracia, o diálogo político cooperativo, a defesa dos direitos humanos e a integração regional.

A reafirmação dessa tradição é extremamente relevante nos dias de hoje, à medida que fica cada vez mais claro que o fortalecimento da democracia, a promoção de cooperação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências são condições essenciais para lidarmos com alguns dos maiores desafios do nosso tempo, tais como a pandemia do COVID-19, a crise climática e a crescente desigualdade social.

Com esse mesmo espírito, no ano de 2021, o ParlAmericas reuniu parlamentares, pessoal parlamentar, especialistas e representantes de organizações da sociedade civil de todo o hemisfério para lidar com uma variedade de questões com profundas implicações políticas, sociais, econômicas e culturais, reconhecendo a diversidade e as necessidades cada vez mais complexas dos nossos constituintes.

Desse modo, dedicamos atividades a questões críticas, como a luta contra os efeitos da desinformação e da propaganda computacional, fortalecimento e modernização de sistemas de proteção social, a importância de uma transição justa e inclusiva no contexto dos esforços voltados ao combate às mudanças climáticas e renovação do contrato social. Também é importante notar que, ao longo deste ano, continuamos a fortalecer nossas relações de trabalho com uma variedade de partes interessadas, tais como organizações multilaterais, organizações da sociedade civil e movimentos de jovens. Trata-se de um esforço institucional empreendido pelo ParlAmericas com o objetivo de aproximar o parlamento da sociedade, uma tarefa que consideramos prioridade.

Além disso, os e as parlamentares tiveram a oportunidade de representar o ParlAmericas em reuniões regionais, hemisféricas e globais de alto nível, onde puderam compartilhar suas próprias experiências e perspectivas a respeito do trabalho legislativo.

Convido os e as colegas a visualizarem os destaques do ano para obterem mais informações sobre os resultados do nosso trabalho, as atividades desenvolvidas pelas nossas três redes temáticas e as publicações e ferramentas que lhes foram disponibilizadas.

Conforme verão nessas páginas, graças à sua ajuda, o ParlAmericas continua a ocupar a posição de fórum interparlamentar líder do sistema interamericano para debates sobre questões importantes para o hemisfério, intercâmbio de boas práticas legislativas e promoção de diálogo político cooperativo.

Espero que possamos continuar a contar com seu apoio no próximo ano aqui no ParlAmericas, para avançarmos com relação ao alcance do objetivo que aproxima e une todos nós: o de nos tornarmos melhores legisladores.

Com minhas mais cordiais saudações,

Blanca Ovelar

Senadora do Paraguai

Presidenta do ParlAmericas

[SIGA-ME NO TWITTER @OVELAR_BLANCA](#)

OPERAÇÕES E FINANÇAS

As operações e atividades do ParlAmericas no ano fiscal de 2021 foram financiadas através do apoio de nossos parlamentos membros, organizações parceiras e da generosa contribuição do Governo do Canadá por meio do Ministério de Assuntos Globais. O ParlAmericas agradece, sinceramente, a contribuição dos parlamentos membros, legisladores e legisladoras e parceiros pelo inestimável apoio, experiência e tempo que asseguraram a implementação bem sucedida da programação do ParlAmericas ao longo do ano.

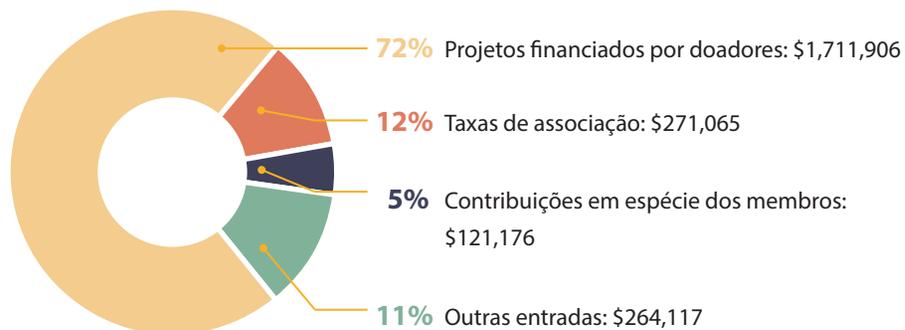
Nota: As contribuições em espécie são calculadas quando os valores podem ser razoavelmente estimados ou, quando a documentação de apoio é fornecida pelo parlamento membro. Reconhecemos que o valor apresentado não é uma representação precisa do valor total do suporte em espécie fornecido pelos parlamentos membros e parceiros, no curso normal das operações da ParlAmericas. Por isso, buscamos acompanhar e registrar o valor indicativo das contribuições totais recebidas em apoio aos programas do ParlAmericas.

Viagem neutras em carbono: Devido à pandemia do COVID-19, todas as atividades do ParlAmericas foram realizadas virtualmente e, portanto, nenhuma compensação de carbono de viagem foi comprada este ano. Para obter mais informações sobre a iniciativa Carbono Neutro e como os parlamentos podem reduzir sua cota de carbono, convidamos você a ler o [Guia sobre Parlamentos Verdes: Ações para Promover Práticas Sustentáveis nos Parlamentos, do ParlAmericas](#).

Fonte: [As demonstrações financeiras do ParlAmericas auditadas](#) até o dia 30 de setembro de 2021 e o Relatório Financeiro Anual correspondente, preparado para Conselho de Administração do ParlAmericas e demais Parlamentos membros.

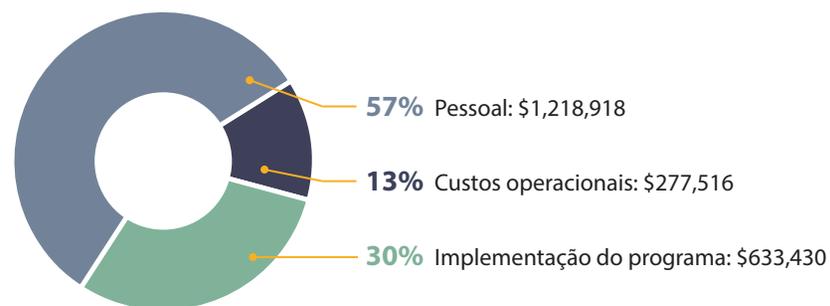
CONTRIBUIÇÕES

\$2,368,264



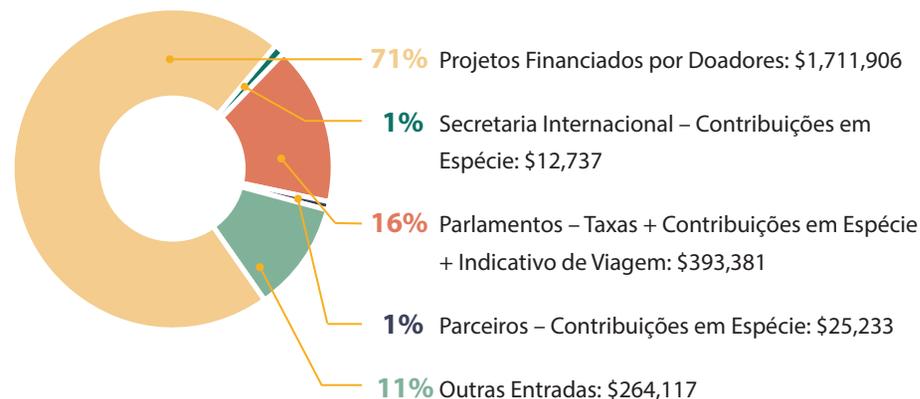
DESPESAS

\$2,129,864



VALOR INDICATIVO DE CONTRIBUIÇÕES TOTAIS

\$2,407,374



Todos os valores estão em dólares canadenses.

LEGISLATURAS NACIONAIS REPRESENTADAS EM NOSSO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê Executivo do Conselho de Administração

(novembro 2020 - dezembro 2021):

Blanca Ovelar, Presidenta

Senadora, Paraguai

Bridgid Annisette-George, Vice-Presidenta

Presidenta da Câmara dos Representantes, Trinidad e Tobago

Verónica Camino Farjat, 2ª Vice-Presidenta e Presidenta da Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero

Senadora, México

Javier Macaya, 2ª Vice-Presidente e Presidente da Rede de Parlamento Aberto

Deputado, Chile

Rosa Galvez, 2ª Vice-Presidenta e Presidenta da Rede Parlamentar sobre Mudanças

Climáticas do ParlAmericas

Senadora, Canadá

O ParlAmericas é dirigido por parlamentares, com um Conselho de Administração composto de 21 assentos representando países da América do Norte, Central, do Sul, e Caribe. Além disso, o Conselho de Administração conta com representantes ex-officio do Parlamento Anfitrião da Assembléia Plenária, do Ex-Presidente Imediato do ParlAmericas, dos Diretores da Corporação ParlAmericas, da Secretaria Internacional do ParlAmericas e da Secretaria-Geral da OEA. Cada Rede é governada por um Comitê Executivo eleito, composto por um Presidente e Vice-Presidentes sub-regionais, representando as Américas do Norte, Central e do Sul, e o Caribe.

📍 Ingressaram no Conselho de Administração do ParlAmericas após a 18ª Assembléia Plenária, realizada nos dias 26 e 29 de novembro e 10 de dezembro. Para ver o resultado completo das eleições, consulte a página 22. Para mais informações sobre nosso Conselho de Administração e Comitês Executivos, visite o nosso site: <https://www.parlamericas.org/en/about/board-ofdirectors.aspx>



ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

No último ano, o ParlAmericas colaborou com organizações multilaterais e da sociedade civil, além dos nossos parlamentos membros, para maximizar os impactos de seus esforços por meio de programações complementares. Agradecemos a todos nossos parceiros por terem contribuído com recursos, experiências e conhecimentos, para as atividades e projetos por nós desenvolvidos, e esperamos seguir fortalecendo essas colaborações na busca de uma democracia mais sólida, da abertura legislativa, da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável, nas Américas e no Caribe.



Mecanismos de colaboração



A **Força Tarefa Interamericana para o Empoderamento e Liderança da Mulher** foi anunciada na 8ª Cúpula das Américas (Peru, abril de 2018). Com o objetivo de contribuir para o progresso regional em direção ao ODS 5 (igualdade de gênero), a Task Force serve como um mecanismo de coordenação que reforça compromissos e estratégias para promover o empoderamento e a liderança das mulheres. A Task Force é composta por importantes instituições interamericanas e internacionais que trabalham em vários setores e em vários níveis.



A **Rede de Transparência Parlamentar (OpeN, sigla em inglês)**, lançada durante a 5ª Cúpula Global da Aliança para o Governo Aberto (AGA) (Geórgia, julho de 2018). Com o objetivo de contribuir para o progresso global em direção ao ODS 16 (instituições fortes), a OPeN fornece uma plataforma para as e os legisladores que defenderam a questão da abertura legislativa por meio do Conselho de Liderança Parlamentar da rede. A OPeN se baseia nos esforços do Grupo de Trabalho sobre Abertura Legislativa da AGA, buscando reunir as principais organizações internacionais comprometidas com a abertura legislativa.



O **Grupo Parlamentar da UNFCCC** foi anunciado no período que antecedeu a COP26 em Glasgow, Escócia, em outubro/novembro de 2021, com o objetivo de apoiar a participação parlamentar na COP. Reconhecido como um grupo informal de ONGs pela UNFCCC, o Grupo Parlamentar organizou sessões informativas diárias para legisladores presentes durante a COP26. O ParIAmericas tem orgulho de ser um membro fundador do Grupo Parlamentar da UNFCCC, juntamente com o Parlamento do Clima, a Associação Parlamentar da Commonwealth, InterPares/ IDEA International e a Fundação Westminster para a Democracia. A GLOBE International atua como ponto focal do Grupo Parlamentar.



2021 EM RESUMO

Nota: Todas as atividades foram realizadas virtualmente ou em formato híbrido.

Janeiro	19	Reunião regional: "Acelerando a Implementação da Agenda 2030 na Assembleia do Panamá"
	22	2º Fórum da Rede de Funcionárias e Funcionários de Parlamento Aberto do ParlAmericas
	29	Reunião regional: "Experiências de Modernização Legislativa na América Latina" organizada pelo Instituto Nacional Democrático na América Central
Fevereiro	8, 12	Reunião regional "Construindo uma Posição Coordenada para as Negociações do Caribe sobre Pequim+25," organizada com o Escritório Multi-país da ONU para o Caribe, Instituto de Estudos de Gênero e Desenvolvimento da Universidade das Índias Ocidentais, CARICOM, Mulheres Caribenhas na Liderança (CIWIL)
	24	Participação no lançamento regional da iniciativa "Desenvolvendo Cidades Resilientes 2030" nas Américas e no Caribe, organizado pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastre e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade
	24	2ª Reunião regional: "Acelerando a Implementação da Agenda 2030" organizada pela Assembleia Nacional do Panamá
Março	7	ParlAmericas celebra 20 anos desde sua reunião de inauguração, os quais foram comemorados durante todo o ano, começando com o lançamento de uma campanha de vídeo de aniversário.
	8	Participação no "Impacto do COVID-2019 nos Papéis de uma Mulher Líder" organizada pela Membro da Assembleia Nacional do Equador, Karina Arteaga
	15, 19, y 26	5º Encontro da RPA do ParlAmericas, "Combater a Desinformação para Promover um Debate Público Responsável" organizado com o Parlamento do Canadá
	17	Participação na 4ª Reunião do Foro de Peíses da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
	22	3º Fórum da Rede de Funcionárias e Funcionários do Parlamento Aberto
	25	Participação no evento paralelo de alto nível da CSW65 "Acelerando os Esforços para a Realização do ODS 5.5 nas Américas", organizado pela Força-Tarefa Interamericana para a Liderança da Mulher e a Secretaria de Cúpulas das Américas da OEA

Abril	19	Reunião Virtual de Presidentes de Parlamntos do Caribe sobre Abertura Parlamentar
	20	Reunião nacional: “Localizando os ODS no Trabalho de Comitês” organizado com a Assembleia Nacional do Panamá e Empresa Smartly Social sobre os ODS
	27	Participação na “Reunião de Revisão Regional sobre a Implementação do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular” organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e a Organização Internacional para as Migrações
Maio	1	Lançamento de um projeto sobre o empoderamento das mulheres na Jamaica, financiado pelo Escritório Multipaís da ONU Mulheres para o Caribe por meio da Iniciativa Destaque UE-ONU
	5, 6	Reunião nacional: “O Papel do Parlamento na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030”, organizado com a Assembleia Nacional do Panamá, NED, IRI e PNUD
	6	Participação no encontro regional “A Transformação Digital do Processo Legislativo” organizado pela Bússola Tech
	7	Reunião regional: “Lei Modelo Interamericana 2.0 de Acesso à Informação Pública para os Parlamntos das Américas e do Caribe” organizada com a Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), EUROsocial+ e a OEA
	11, 12	Participação na conferência internacional: “Direcionando a Ação Parlamentar para Combater as Mudanças Climáticas” organizada pelo Inter Pares do Projeto Global da EU para Fortalecer a Capacidade dos Parlamntos
	13	Participação na Semana do Clima da América Latina e Caribe
	17	Reunião das mulheres presidentas de parlamntos caribenhos sobre boas práticas para promover a igualdade de gênero
	17	Reunião multissetorial regional para revisar e atualizar o <i>Roteiro para a Abertura Legislativa do ParlAmericas</i>
Junho	2, 3	Participação na reunião internacional “Intercâmbio Global entre Parlamentares” organizado pela <i>House Democracy Partnership</i>
	9	Lançamento da iniciativa de capacitação: “Impacto Legislativo Jovem” organizado com o FONAMUPP e a Assembleia Nacional do Panamá
	4, 15, y 25	5º Encontro da RPMC do ParlAmericas, “Enfrentando desigualdades para viabilizar a ambição climática: Uma transição justa para alcançar o Acordo de Paris” organizado com o Parlamento de Trinidad e Tobago e o Senado do México

Julho

- 12** Reunião de seguimento das mulheres presidentes de parlamentos caribenhos sobre boas práticas para promover a igualdade de gênero
- 19** 1ª reunião da Rede de Funcionárias e Funcionários de Parlamentos sobre Igualdade de Gênero na América Latina

Agosto

- 18** Diálogo regional para celebrar 60 anos de relações diplomáticas entre o Canadá e os países da América Central
- 19** Participação na 2ª Sessão da Série de Intercâmbio Virtual de Apoio às CND do Caribe “Apoiando o Desenvolvimento de Estratégias de Mudança Climática de Longo Prazo no Caribe” organizada pelo Centro de Colaboração Regional da UNFCCC para o Caribe e a Parceria NDC

Setembro

- 13-15** Participação na conferência internacional “LegisTech para a Democracia” organizada pela Bússola Tech
- 13,22, y
oct. 4** 13º Encontro da RPIG do ParlAmericas, “Reforçando a proteção social para além do COVID-19: O que os dados dizem” organizado com a Assembleia Nacional de Belize e a Câmara de Senadores da Bolívia
- 24** Reunião regional e lançamento do relatório: “Parlamentos e o Acordo de Paris” organizado com a Fundação Westminster para a Democracia, GLOBE Internacional, INTER PARES e Internacional IDEA
- 24** Participação no curso online “Cocriação de Planos de Ação de Parlamento Aberto” organizado pelo Instituto Nacional Democrático e pelo Senado do México

Outubro	31 y nov. 12	Participação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas COP26, Cúpula de Legisladores da COP26 e Reunião Parlamentar da IPU COP26
Novembro	23	Participação na reunião regional "Empoderamento Econômico da Mulher como Ferramenta Contra a Discriminação e a Violência de Gênero", organizada pela Missão Permanente da República Dominicana junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela Missão Observadora da Espanha junto à OEA
	26, 29, y dic. 10	18ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, "Renovando o Contrato Social" organizada com o Senado do Chile
Dezembro	2	Apresentação dos resultados da "Primeira Pesquisa sobre Violência no Trabalho, Violência de Gênero e Assédio Sexual", um projeto conjunto com o ParlAmericas perante a sessão plenária da Câmara de Senadores do Paraguai
	14	Participação na consulta parlamentar sobre a Lei Modelo sobre o Trabalho de Cuidado organizada pela Comissão Interamericana de Mulheres da OEA
	14	Participação no Dia do Parlamento à margem da Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto
	29	Participação na Reunião Inaugural da Bancada Parlamentar Feminina de Santa Lúcia

FERRAMENTAS INTERATIVAS

O ParlAmericas possui uma série de novas e aprimoradas ferramentas on-line, elaboradas para que parlamentares tenham acesso às informações e recursos especializados.

Podcast do ParlAmericas

O podcast do ParlAmericas está disponível no [iTunes](#), [Google Podcasts](#) e [Spotify](#); inscreva-se para ouvir episódios de apresentações e painéis gravados em atividades realizadas em todo o hemisfério. Cada episódio também está disponível no site do ParlAmericas em www.parlAmericas.org/en/resources/podcasts.aspx.

Em 2021, os episódios incluíram apresentações de especialistas renomados e figuras políticas proeminentes que compartilharam insights sobre questões oportunas, por exemplo:

- [Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre Acesso à Informação Pública](#) (em espanhol)
- [Entrevista principal da RPIG: Promovendo a proteção social com uma perspectiva de gênero](#) (em espanhol)
- [A urgência da ação climática e o papel da governança](#) (em espanhol)



Portal de conteúdo de igualdade de gênero - ParlGenderTools

O ParlGenderTools é um espaço interativo on-line para aprendizado autoguiado que apresenta kits de ferramentas sobre questões de igualdade de gênero sob medida para parlamentares. Cada kit de ferramentas inclui recursos especializados, dados, vídeos e links para estruturas internacionais e regionais relevantes. Este portal é uma colaboração com o Escritório Multi-Países da ONU Mulheres - Caribe. <https://parlgendertools.org/pt/>



Portal de conteúdo sobre Parlamento Aberto (ParlTools)

O ParlTools é uma plataforma online projetada para parlamentares, funcionários parlamentares e profissionais de fortalecimento parlamentar nas Américas e no Caribe. Inclui kits de ferramentas organizados em torno dos pilares e princípios da abertura legislativa e um espaço para trocar conhecimentos e experiências do hemisfério por meio de vídeos, infográficos, apresentações e recursos externos. <https://parltools.org/pt/>



Repositório de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Este novo recurso mapeia as estratégias e planos adotados pelos Governos das Américas e do Caribe para abordar temas específicos de meio ambiente e mudança climática. Além disso, compila e sistematiza as informações para melhorar a acessibilidade, bem como para familiarizar ainda mais as e os parlamentares com os planos de ação e iniciativas do Poder Executivo de seu país e, identificar avanços e possíveis lacunas. <https://tabsoft.co/3NmyngT>



Meio ambiente e sustentabilidade: Mapeamento de estratégias e planos nas Américas e no Caribe

Os parlamentos são atores críticos no desenvolvimento, implementação e monitoramento dos objetivos ambientais e climáticos de seu país, o que requer apoio à legislação, alocações orçamentárias e supervisão do Poder Legislativo para responsabilizar o governo, bem como promover uma governança ambiental forte. Para apoiar essas funções importantes, este recurso mapeia as estratégias e planos adotados pelos Governos das Américas e do Caribe para abordar temas específicos de meio ambiente e mudanças climáticas. Além disso, tem como objetivo compilar e sistematizar as informações em um único local para melhorar a acessibilidade, bem como familiarizar ainda mais os parlamentares com os planos de ação e iniciativas que estão sendo empreendidos por seus Poderes Executivos, e identificar progressos e possíveis lacunas.

Para acessar a descrição dos compromissos internacionais e boas práticas mapeadas, bem como a metodologia utilizada para compilar essas informações, consulte o seguinte documento:

→ [Metodologia e documento de descrição](#)

Esta ferramenta pode ser utilizada em conjunto com a publicação, "Os Parlamentos e o Acordo de Paris," que oferece conselhos sobre como os parlamentos podem fortalecer o alinhamento dos esforços de supervisão, legislativo e orçamentário para apoiar esses planos e estratégias, incluindo o fornecimento de exemplos de boas práticas e questões-chave de orientação que as e os parlamentares podem usar para realizar este trabalho.

→ [Publicação: Os Parlamentos e o Acordo de Paris](#)

Caso você identifique um plano ou estratégia não listado nesta publicação, solicitamos que, por favor, entre em contato conosco pelo e-mail parlamericsc@parlamerics.org para que possamos atualizar esta ferramenta.

Selecione o país:

Antigua e Barbuda

Primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) apresentada

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada enviada

Primeiro NDC apresentado

NDC atualizado apresentado

Estratégia climática de longo prazo

Plano Nacional de Adaptação (PNA)

Uma estratégia oficial de longo prazo não foi comunicada à Secretaria da CQNUACC.

Não foi encontrado um Plano Nacional de Adaptação oficial.
Terceira Comunicação Nacional: Capítulo 4: Vulnerabilidade, avaliações, impactos da mudança climática e medidas de adaptação

Iniciativas para promover a Ação para o Empoderamento Climático (AEC)

✓ Ratificação do Acordo de Escazú

Ferramenta de Compromissos - Parlamento Aberto

A Ferramenta de Compromissos sobre parlamento aberto é um espaço online que permite aos usuários visualizar, comparar, baixar e acompanhar o progresso dos parlamentos em direção ao cumprimento de seus compromissos de parlamento aberto. Inclui compromissos apresentados por delegações parlamentares nas reuniões anuais da Rede ParlAmericas de Parlamento Aberto, bem como aqueles incluídos em Planos de Ação de Parlamento Aberto e compromissos legislativos em Planos de Ação de Governo Aberto apresentados à Parceria de Governo Aberto. <https://www.parlamerics.org/pt/open-parliament/parl-comm-tracker.aspx?/>

Ferramenta de compromisso do parlamento aberto

Visão geral

Os parlamentos das Américas e do Caribe estão empreendendo esforços para abrir suas instituições, por meio da implementação de compromissos adotados nos Planos de Ação de Parlamento Aberto, no Plano de Ação para um Governo Aberto ou, daqueles submetidos diretamente ao ParlAmericas.

Essa ferramenta, disponível também para download, permite aos usuários e usuárias visualizar, acompanhar e comparar o progresso dos parlamentos na conquista de seus compromissos de abertura parlamentar, utilizando-se um modelo de semáforo como indicadores.



Informação não disponível



Não iniciado



Iniciado mas não concluído



Em processo ou parcialmente concluído



Concluído

Metodologia

Esta ferramenta contém compromissos adotados pelos parlamentos membros por meio de um dos seguintes métodos:

1. Compromissos legislativos adotados pelo país no Plano de Ação de Parlamento Aberto, tanto como um plano independente ou como um anexo ao Plano de Ação da Aliança para o Governo Aberto;
2. Compromissos legislativos adotados e incluídos no Plano de Ação da Aliança para o Governo Aberto;
3. Compromissos apresentados por delegações parlamentares que participaram de reuniões da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.

O progresso de cada compromisso é mensurado e reportado ao ParlAmericas pelo respectivo parlamento.

Compromissos por Pilares do Parlamento Aberto

Consulte todos os compromissos parlamentares divididos por área temática, de acordo com os pilares do Roteiro para a Abertura Legislativa do ParlAmericas.



Prestação de Contas



Participação Cidadã



Ética e Probidade



Planejamento Estratégico



Transparência e Acesso à Informação Pública

Compromissos por Parlamento

	Argentina	2021-2022 Primeiro Plano de Ação de Congresso Aberto (Câmara dos Deputados) 2019-2021 Quarto Plano de Ação Nacional de Governo Aberto 2019-2020 4º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas 2017-2019 Terceiro Plano de Ação Nacional de Governo Aberto	Compromissos Compromissos Compromissos Compromissos
	Brasil	2018-2020 Quarto Plano de Ação Nacional em Governo Aberto 2018-2018 Terceiro Plano de Ação Nacional	Compromissos Compromissos
	Canadá	2021-2022 5º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas 2019-2020 4º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas	Compromissos Compromissos
	Chile	2020-2022 Quinto Plano de Ação para um Governo Aberto e Transparente 2021-2022 5º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas 2019-2020 III Plano de Ação de Parlamento Aberto 2018-2020 Quarto Plano de Ação de Governo Aberto 2017-2018 Plano de Ação de Parlamento Aberto 2016-2018 Plano de Ação Nacional para o Governo Aberto 2014-2016 Plano de Ação de Parlamento Aberto	Compromissos Compromissos Compromissos Compromissos Compromissos Compromissos Compromissos
		2020-2021 Quinto Plano de Ação para um Congresso Aberto e Transparente 2021-2022 5º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas 2019-2020 Quarto Plano de Ação para um Congresso Aberto e Transparente (Câmara dos Representantes) 2018-2019 Terceiro Plano de Ação para um Congresso Aberto e	Compromissos Compromissos Compromissos Compromissos

RECURSOS E PUBLICAÇÕES

O ParlAmericas cria recursos especializados para parlamentares e partes interessadas que se alinham com as questões hemisféricas prioritárias abordadas pelas legislaturas e, com os temas de foco das redes do ParlAmericas.

Segue abaixo uma seleção de recursos publicados este ano. Esses e muitos outros materiais também podem ser encontrados em nosso [site](#).



Bancada multipartidária pela igualdade de gênero



Sensibilidade de gênero na legislação



Os Parlamentos e o Acordo de Paris



Guia de Apoio para uma Recuperação Econômica Sustentável Pós-COVID-19



A importância do controle político parlamentar durante a pandemia COVID-19

20º ANIVERSÁRIO

Em março, o ParlAmericas comemorou 20 anos como a instituição que promove a diplomacia parlamentar no sistema interamericano. Em 2001, o Parlamento do Canadá sediou a reunião na qual o Fórum Interparlamentar das Américas (ou FIPA, como o ParlAmericas era conhecido anteriormente) foi formalmente criado.

Em comemoração ao seu aniversário, realizamos uma série de entrevistas com líderes e parceiros que contribuíram para o trabalho do ParlAmericas nas últimas duas décadas, e também estreou a [linha do tempo digital](#) abaixo, que detalha marcos significativos na história da instituição. [línea de tiempo digital](#), que se muestra a continuación, en la que se detallan los hitos más importantes de la historia de la institución.

20 *ParlAmericas*
2001-2021



18ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA

#ParlAmericas2021

TÍTULO: Renovando o Contrato Social

TEMA: Democracia, direitos humanos, mudança climática, igualdade de gênero, parlamento aberto.

DATA: 26, 29 de novembro e 10 de dezembro

LOCAL: Evento Virtual

PARTICIPANTES: Parlamentares, funcionários e funcionárias parlamentares, representantes de organizações da sociedade civil e da juventude de 20 países.

ANFITRIÃ(O): Senado do Chile



Esta atividade está alinhada com os ODS 5, 8, 10, 12, 13 e 16.

A Assembleia Plenária reuniu parlamentares, pessoal parlamentar e representantes de organizações da juventude e da sociedade civil das Américas e do Caribe, com o objetivo de discutir a necessidade da renovação do contrato social no contexto dos esforços de retomada pós-pandemia, em resposta às demandas da sociedade civil, sobretudo de movimentos de jovens, clamando pela reformulação e transformação de modelos de governança e desenvolvimento com base em princípios inclusivos, sustentáveis e democráticos que não deixem ninguém para trás.

O evento, que coincidiu com o 20º aniversário da criação do ParlAmericas e da adoção da [Carta Democrática Interamericana da Organização dos Estados Americanos](#) (OEA), foi dividido em três sessões: um diálogo interparlamentar no dia 26 de novembro, um diálogo parlamentar com organizações da juventude e da sociedade civil das Américas e Caribe no dia 29 de novembro e, uma sessão plenária no dia 10 de dezembro.

Ao longo das sessões, expositores e outros participantes, realizaram um intercâmbio de reflexões sobre a importância de aproveitar a oportunidade histórica oferecida pelos processos de retomada pós-pandemia para a renovação do contrato social. Observou-se que isso implicaria na realização de reformas sistêmicas para fortalecer modelos democráticos, combater as graves desigualdades existentes na região, reforçar mecanismos para a participação cidadã, bem como fortalecer sistemas de proteção social, entre outras questões que ocupam posição central nessa agenda política.

As e os participantes concordaram que um contrato social renovado deve se basear no reconhecimento inequívoco de princípios democráticos e direitos humanos e, abordar questões centrais que preocupam os povos do hemisfério, dentre as quais as desigualdades sociais e econômicas se destacam.

Conforme ressaltado nas discussões, a renovação do contrato social deve ser resultado de um diálogo intergeracional amplo e diverso, que reúna os grupos que foram excluídos dos processos históricos e sociais que levaram à construção do contrato social tradicional.

Desse modo, os e as parlamentares instaram todos as e os atores estatais e não estatais a promoverem o consenso necessário para responder melhor às crescentes demandas da cidadania por transformações sociais, econômicas, ambientais e políticas como alicerce para a renovação do contrato social.

DESTAQUES DAS SESSÕES

Palavras de boas-vindas:

- Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas
- Exma. **Bridgid Annisette-George**, Presidenta da Câmara dos Representantes de Trinidad e Tobago e Vice-Presidenta do ParlAmericas
- Senadora **Marcela Sabat** (Chile), representante do parlamento anfitrião da assembleia plenária perante o Conselho do ParlAmericas
- Deputado **Javier Macaya** (Chile), Presidente da RPA do ParlAmericas
- Exma. **Alincia Williams Grant**, Presidenta do Senado de Antígua e Barbuda e Membro do Conselho do ParlAmericas
- Exma. Senadora **Rosa Galvez** (Canadá), Presidenta da RPMC do ParlAmericas

Discurso principal:

- **Luis Almagro**, Secretário Geral da OEA

Moderadores dos diálogos:

- Senadora **Verónica Camino** (México), Presidenta da RPIG do ParlAmericas
- **Marc Serré**, membro do Parlamento do Canadá e do Conselho do ParlAmericas
- Deputada **María Inés Solís** (Costa Rica), membro do Conselho do ParlAmericas

Expositores:

- Exmo. **Reginald Farley**, Presidente do Senado de Barbados
- Deputada **Paola Vega** (Costa Rica), Vice-Presidenta da RPMC do ParlAmericas da América Central
- Representante **Juan Carlos Losada** (Colômbia)
- **Paulina Valenzuela**, Membro da Convenção Constitucional do Chile
- **Jorge Marín**, representante do projeto Impacto Legislativo Jovem

Palavras de encerramento:

- Exmo. **Manzoor Nadir**, Presidente da Assembleia Nacional da Guiana e Membro do Conselho do ParlAmericas
- Senador **Antares Vázquez** (México), membro do Conselho do ParlAmericas

Diálogo Interparlamentar (26 de novembro)

Principais reflexões durante a sessão:

- A renovação do contrato social deve ser resultado de um exercício democrático, participativo, coletivo e inclusivo que reúna um amplo e diverso espectro de atores estatais e não estatais, de forma que, aproveitando realizações e conquistas existentes, seja construído um novo contrato social que atenda melhor às necessidades dos cidadãos e cidadãs.
- Para a renovação do contrato social, será essencial proporcionar espaços para a participação significativa de grupos sociais que têm sido marginalizados devido a eventos históricos e, processos sociais que resultaram no estabelecimento do contrato atual.
- Haja vista suas profundas implicações para a sobrevivência da humanidade, o combate à mudança climática deve ser um dos principais elementos do contrato social do futuro, devendo envolver uma transformação dos modelos econômicos atuais em direção a alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e socialmente justas.
- Os processos de retomada pós-pandemia representam uma janela de oportunidade para renovarmos o contrato social, reconstruir melhor e realizarmos algumas das transformações sistêmicas estruturais reivindicadas por comunidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.
- No processo de renovação do contrato social, os e as parlamentares podem facilitar o alcance do consenso político necessário e representar a vontade do povo, articulando novas demandas da cidadania para moldar o contrato social do futuro.

Diálogo Parlamentar com Representantes da Sociedade Civil e da Juventude (29 de novembro)

Principais reflexões durante a sessão:

- As e os jovens das Américas e do Caribe têm liderado movimentos sociais centrados em uma série de questões, tais como a defesa dos direitos humanos e da inclusão social, o combate à mudança climática, a eliminação da desigualdade e a ampliação de mecanismos de participação, entre outros aspectos. Essa agenda política implica a realização de transformações estruturais que precisam ser refletidas em um novo contrato social.
- É essencial que diálogos entre atores estatais e não estatais, que visem orientar e moldar o eventual processo de renovação do contrato social, envolvam participação significativa da juventude: suas expectativas para o futuro e propostas de mudança devem embasar e enriquecer as discussões a respeito do contrato social do futuro.
- Experiências, tais como os eventos que levaram à criação da Convenção Constitucional do Chile, demonstram que ativismo, mobilização social e participação de jovens na política podem conduzir a processos transformativos democráticos e inclusivos para a renovação do contrato social e de direitos, deveres, instituições, bem como do relacionamento entre a cidadania e o Estado.

- Fundamental abordar a falta de confiança dos jovens em partidos políticos, instituições e na democracia de forma geral, que é particularmente notável nas Américas e no Caribe. Restabelecer a confiança dos jovens implicará, entre outras ações e iniciativas, fortalecer mecanismos para a ampliação de sua participação em questões públicas, desenvolver ferramentas para seu empoderamento político e promover um diálogo intergeracional que resulte em políticas voltadas à promoção de bem-estar e crescimento inclusivo.
- Os parlamentos precisam implementar estratégias e programas para empoderar os jovens, promover sua liderança política e facilitar sua participação significativa em assuntos públicos, sobretudo em processos de tomada de decisão relacionados a questões que os afetem. Os projetos [Impacto Legislativo Jovem](#) e [Jovens Mulheres Caribenhas na Liderança](#) (ambos apoiados pelo ParlAmericas) oferecem percepções para nortear estratégias voltadas ao alcance dessa meta.

Sessão Plenária (10 de dezembro)

Durante a sessão, as seguintes delegações parlamentares apresentaram algumas das iniciativas legislativas que têm desenvolvido em diferentes áreas, com a colaboração da sociedade civil e da juventude, com vistas à renovação do contrato social: Barbados, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Santa Lúcia, Suriname e Trinidad e Tobago.



Luis Almagro, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos

"A Organização dos Estados Americanos tem sido fiel defensora do engajamento e cooperação interparlamentares. Na verdade, o ParlAmericas foi constituído por uma resolução da Assembleia Geral da OEA com o objetivo de desenvolver o trabalho essencial de criar uma rede independente voltada à promoção de diálogo interparlamentar, compartilhamento de experiências e fortalecimento do papel dos parlamentos nas democracias do hemisfério, as quais se reuniram aqui na data de hoje para discutir a necessidade da renovação do contrato social, a própria essência de cada uma das nossas comunidades."



Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas

"Esta 18a Assembleia Plenária coincide com o 20o aniversário da criação do ParlAmericas e adoção da Carta Democrática Interamericana. Nesse mesmo espírito, também oferecemos um espaço para abordar o processo de renovação do contrato social. Essa discussão é extremamente relevante atualmente, em meio a um cenário político complexo, marcado por sérios obstáculos à governança corporativa, polarização política e desconfiança do público nas instituições."



Exma. Senadora **Rosa Galvez** (Canadá), Presidenta da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas

"É necessário estabelecer um novo contrato social que melhor atenda às necessidades e demandas dos cidadãos e cidadãs, o que requer que fortaleçamos o modelo democrático, reforçemos os mecanismos de participação em assuntos públicos, fortaleçamos sistemas de proteção social, transformemos modelos de produção e consumo sob paradigmas sustentáveis e lidemos com os efeitos da mudança climática."



Senadora **Marcela Sabat** (Chile), representante do parlamento anfitrião da 18a Assembleia Plenária perante o Conselho de Administração do ParlAmericas

"A profundidade das demandas cidadãs requer ações efetivas e eficazes por parte do governo, para compreender suas necessidades e canalizar a energia e força que geram por meio de canais institucionais e legais. É nessa esfera que as instituições que representam o povo devem exercer - por definição - protagonismo."



Deputado **Javier Macaya** (Chile), Presidente da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

"Recentemente, os jovens fizeram um apelo claro e energético pela reinvenção e transformação de modelos frágeis de governança e desenvolvimento, com base em princípios inclusivos, sustentáveis e democráticos. Assumimos a responsabilidade de responder a esse apelo proporcionando um espaço de diálogo para ouvir os jovens das Américas e do Caribe."



Exmo. **Manzoor Nadir**, Presidente da Assembleia Nacional da Guiana e Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“Renovar o contrato social precisa ser, acima de tudo, produto de um processo intencionalmente democrático, coletivo e inclusivo, que reúna amplos atores sociais sob a premissa norteadora da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás. Um diálogo que convoque atores estatais e não estatais com base na convicção inequívoca de que a democracia tem sido e será de suma importância para o alcance de mudanças positivas.”



Exma. **Bridgid Annette-George**, Presidenta da Câmara dos Deputados de Trinidad e Tobago e Vice-Presidenta do ParlAmericas

“O ParlAmericas, com o desejo de promover o sólido diálogo entre atores estatais e não estatais necessário para a renovação do contrato social, concebeu esta Assembleia Plenária como espaço para intercâmbio de ideias e melhores práticas a respeito de alguns dos principais temas de importância fundamental para essa conversa social mais ampla.”



Exma. **Alincia Williams Grant**, Presidenta do Senado de Antígua e Barbuda e Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“Esta 18ª Assembléia Plenária coincide com o 20º aniversário da criação do ParlAmericas. Oferecemos um espaço para abordar o processo de reconstrução do contrato social. Essa discussão é extremamente relevante hoje, em um contexto político complexo caracterizado por sérios desafios à governança democrática, polarização política e desconfiança da cidadania em relação às instituições.”



Senador **Antares Vázquez** (México), membro do Conselho do ParlAmericas

“As agendas políticas de organizações e movimentos de jovens das Américas e do Caribe abragem questões urgentes que precisam fazer parte desses diálogos sociais e do nosso trabalho legislativo: a luta contra os efeitos da mudança climática e a consequente transformação dos modelos de produção e consumo atuais, a expansão de espaços para participação significativa da cidadania em assuntos públicos e o fortalecimento de iniciativas de governo aberto.”

Resultados da Eleição do Conselho de Administração do ParlAmericas (2022-2024)

O ParlAmericas é gerido por parlamentares para parlamentares e dispõe de um Conselho de Administração composto por 21 membros, os quais representam países das Américas do Norte, Sul e Central e do Caribe. Além disso, o Conselho conta com representantes *ex officio* do país anfitrião da Assembleia Plenária, o/a Presidente(a) Imediatamente Anterior do ParlAmericas, os/as diretores(as) do ParlAmericas Corporation, Secretaria Internacional do ParlAmericas e da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Os membros do Conselho são eleitos pelos parlamentos membros do ParlAmericas, para um mandato de dois anos, em sistema de rotação, durante a Assembleia Plenária. Os seguintes cargos do Conselho foram preenchidos durante a Assembleia Plenária em questão:

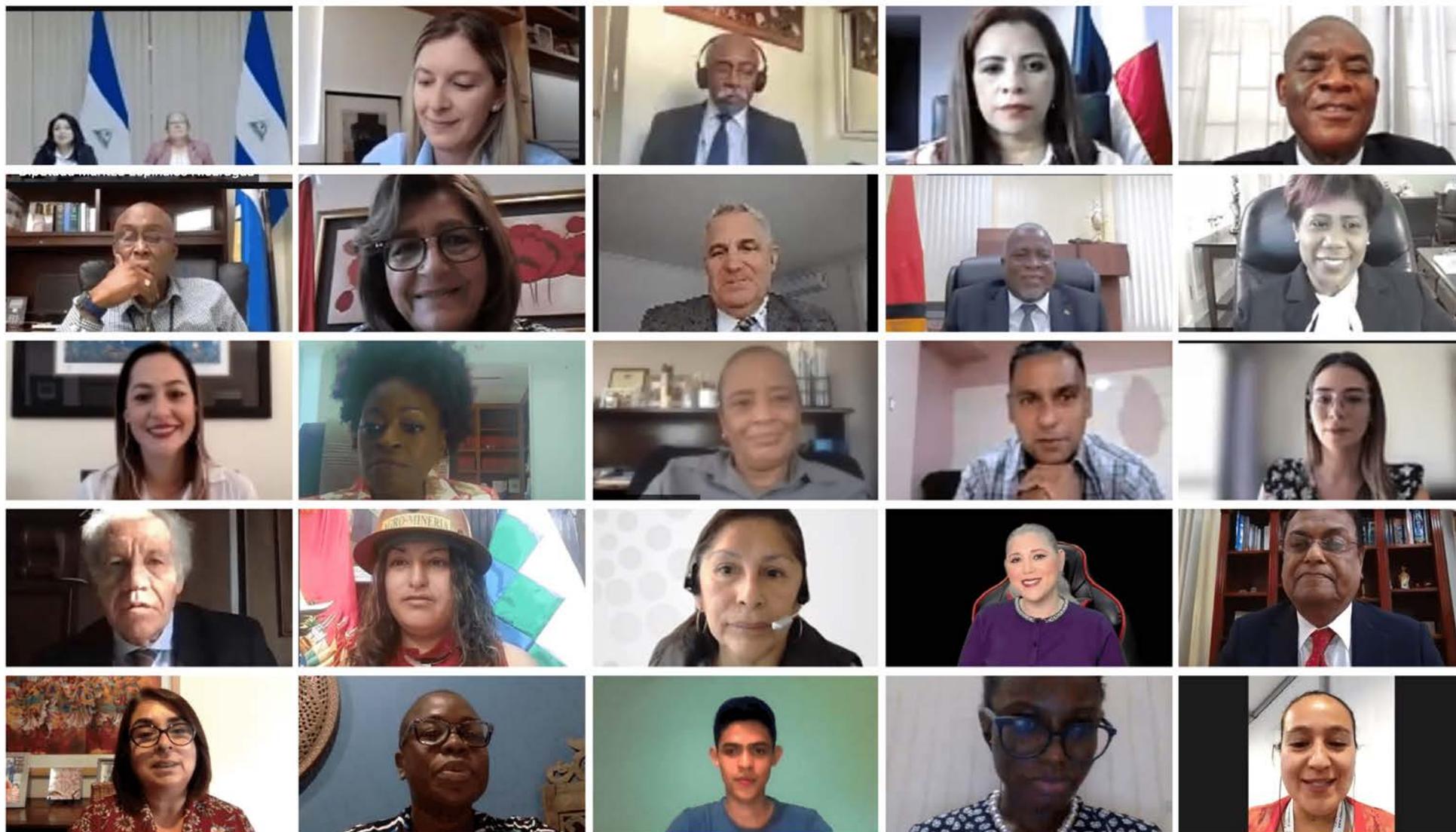
- Representantes da América Central - Belize e Panamá
- Representante da América do Sul - Chile
- Representante do Caribe - Santa Lúcia



Declaração

A 18a Assembleia Plenária foi encerrada com a leitura da [declaração](#). Entre os compromissos assumidos pelas delegações parlamentares que compareceram ao evento estão:

- Aproveitar os processos de retomada pós-pandemia como oportunidade de renovar o contrato social, reconstruir melhor e realizar transformações sistêmicas urgentes reivindicadas por diversas comunidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.
- Promover diálogo social democrático e inclusivo que reúna diversos setores da sociedade civil, de modo especial aqueles que foram e/ou ainda são historicamente marginalizados, para promover o avanço de discussões que facilitem o consenso necessário para a construção do contrato social do futuro.
- Instar nossos governos a assegurar que os orçamentos para os esforços de retomada pós-pandemia sejam desenvolvidos segundo abordagens interseccionais, interculturais e sensíveis ao gênero que apresentem respostas aos impactos diferenciados da pandemia do COVID-19 sobre mulheres, sobretudo mulheres jovens, as que trabalham no setor informal, gestantes, mães que são chefes de família, bem como crianças e adolescentes.
- Promover a importância de fortalecer a governança internacional, o multilateralismo e o trabalho coordenado entre países do hemisfério no que se tange a questões como defesa da democracia, promoção de direitos humanos e igualdade de gênero, proteção de migrantes e combate à mudança climática, com base em respeito, independência, soberania e autodeterminação.



As agendas completas ([26 e 29 de novembro](#) e [10 de dezembro](#)), [comunicado de imprensa](#) e vídeos das sessões estão disponíveis para consulta no site do ParlAmericas.



MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REDE PARLAMENTAR PARA A IGUALDADE DE GÊNERO DO PARLAMERICAS



Prezados e Prezadas colegas,

O ano de 2021 foi repleto de desafios e oportunidades para a Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero do ParlAmericas (RPIG), diante da necessidade de lidarmos com os graves impactos socioeconômicos que a pandemia de COVID-19 tem tido sobre as mulheres e meninas do hemisfério, bem como os preocupantes retrocessos vivenciados no campo da igualdade por conta da pandemia.

Para tal, buscamos proporcionar aos nossos membros espaços para diálogo e intercâmbio de boas práticas legislativas por meio do desenvolvimento de atividades e ferramentas para a análise de problemas, tais como o trabalho de cuidado, a violência baseada em gênero, os direitos trabalhistas das mulheres e seu acesso a serviços sociais essenciais.

De modo especial, gostaria de destacar o 13o Encontro da RPIG, intitulado Reforçando a Proteção social além do COVID-19: O que os dados revelam". Conforme os e as colegas verão nesse relatório, parlamentares, pessoal parlamentar, representantes da sociedade civil e da juventude, bem como especialistas, exploraram estratégias para o fortalecimento de sistemas e programas de proteção social de maneira inclusiva e com uma perspectiva sensível ao gênero, a fim de contrabalançar os efeitos da pandemia e lidar com as causas estruturais da desigualdade de gênero e outras formas de vulnerabilidade social.

Além disso, entre as conquistas que considero mais significativas e que refletem o trabalho contínuo e dedicado da Organização, está o apoio que a RPIG tem oferecido a diversos membros do parlamento no que tange ao fortalecimento de questões ligadas à igualdade de gênero nos órgãos legislativos. Nesse quesito, temos prestado assistência a alguns parlamentos no lançamento de iniciativas que apoiem a criação de grupos de mulheres parlamentares, promovam a transversalização do gênero no trabalho parlamentar, eliminem brechas em procedimentos para denúncias de incidentes de bullying ou assédio sexual no parlamento, bem como fortaleçam o papel dos homens enquanto aliados na defesa da igualdade de gênero.

Além disso, tivemos o prazer de lançar a Rede de Funcionários e Funcionárias Parlamentares Pela Igualdade de Gênero, como forma de reconhecer o valor do seu trabalho técnico na incorporação de abordagens e perspectivas que levem em consideração o gênero em iniciativas legislativas, tornando nossos parlamentos ambientes mais sensíveis a essa temática.

Esse progresso demonstra o compromisso institucional com a igualdade de gênero assumido pelos parlamentos do hemisfério, e, sem sombra de dúvida, nos motiva e encoraja para prosseguirmos em nosso trabalho em defesa dessa agenda.

Por fim, gostaria de mencionar que estamos convictos da necessidade de fortalecer a liderança das próximas gerações de jovens mulheres, e, desse modo, continuamos a apoiar duas organizações multipartidárias de defesa da mulher: o Fórum Nacional de Mulheres em Partidos Políticos (FONAMUPP) do Panamá e o Instituto Caribenho para Mulheres em Liderança (CIWIL). Nesse relatório serão apresentadas algumas das suas principais conquistas, que esperamos que possam ser replicadas em outros países.

Gostaria de agradecer a todos e todas pelo apoio oferecido às nossas iniciativas e por assumirem a causa da igualdade de gênero.

Cordialmente,

Verónica Camino Farjat

Senadora do México
Presidenta da Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero

[SIGA-ME NO TWITTER @VERONICACAMINO](https://twitter.com/VERONICACAMINO)

Construindo uma Posição Coordenada para o Caribe na CSW65

#ParlAmericasGEN #CSW65Caribbean

TEMA: Sessão da Comissão sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher (CSW65), liderança feminina, erradicação da violência de gênero

DATA: 8 e 12 de fevereiro de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de 111 parlamentares, representantes de organizações multilaterais, da sociedade civil e de mecanismos nacionais de gênero de 14 países e 2 territórios

ORGANIZADO EM PARCERIA COM: CARICOM, Escritório Regional da ONU Mulheres - Caribe, o Instituto Caribenho para Mulheres em Liderança (CIWiL) e o Instituto de Estudos sobre Gênero e Desenvolvimento da Universidade das Índias Ocidentais



Esta atividade está alinhada com os ODS 5 e 17

Esta reunião de dois dias reuniu parlamentares, ministras e ministros, representantes de organizações multilaterais, mecanismos de gênero nacionais e da sociedade civil dos países anglófonos da CARICOM, para um diálogo centrado e de coordenação para a 65ª sessão da Comissão sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher (CSW65), a ser realizada na sede das Nações Unidas de dia 15 ao dia 26 de março de 2021.

As discussões contribuíram para a coordenação de uma voz sub-regional unificada e da estratégia a ser defendida por meio do desenvolvimento de uma declaração da CARICOM em preparação para a CSW65, que concentrou-se em dois temas prioritários: liderança feminina e erradicação da violência de gênero. Ao longo das sessões de trabalho, as e os participantes foram encorajados a desenvolver estratégias que amplificam a liderança e as experiências do Caribe nas negociações da CSW65, respondendo também às preocupações atuais da região.

Durante o evento, realizou-se um painel de debate sobre os temas levantados, com ênfase em estratégias para aumentar a representação das mulheres na tomada de decisões e na aplicação de abordagens com perspectiva de gênero a todas as legislações e políticas. Além disso, destacou-se a importância de ações nacionais e regionais relacionadas à pandemia de COVID-19 que incorporem uma perspectiva de gênero que explore, valorize e reconheça contribuições de mulheres líderes, na medida em que as desigualdades estão sendo expostas e exacerbadas.

O dados sobre os temas de liderança feminina e violência de gênero no Caribe podem ser acessados nos seguintes recursos:

[As Mulheres Caribenhas Importam: Acervo de Dados sobre Erradicação da Violência contra Mulheres e Meninas](#), site do Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB), CARICOM e ONU Mulheres

[Mulheres na Liderança Política no Caribe](#), ONU Mulheres, 2018

[Banco de Dados Parline sobre Mulheres na Política](#), site da União Interparlamentar

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura:

- Dra. **Hilary Brown**, Diretora de Programas, Cultura e Desenvolvimento Comunitário, Secretaria da CARICOM
- Lady **Anande Trotman-Joseph**, Presidente, CIWi
- Dra. **Tonya Haynes**, Chefe Interina e Coordenadora de Programas de Pós-graduação, UWI Cave Hill
- Exma. **Bridgid Annisette-George** (Trinidad e Tobago), Presidente da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente do ParlAmericas
- Sra. **Tonni Brodber**, Representante do Escritório do Cluster das Mulheres da ONU - Caribe

Palestra principal:

- Sra. **Roberta Clarke**, Diretora Regional, UN Women Eastern and Southern Africa

Moderadora:

- Sra. **Ann-Marie Williams**, Diretora Adjunta de Programas, Gênero e Desenvolvimento, Secretaria da CARICOM

Apresentação especializada sobre as negociações da CSW:

- Dra. **Rosina Wiltshire**, Especialista em Gênero e Desenvolvimento, CIWi

Painel sobre o impacto da liderança feminina

Painelistas:

- Exma. **Penelope Beckles** (Trinidad e Tobago), Ministra da Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Exma. Dr. **Vindhya Persaud** (Guiana), Ministro de Serviços Humanos e Previdência Social

Moderador:

- Exmo. **Ranard Henfield** (Bahamas)



Abaixo estão listadas algumas das ações com as quais as diversas partes interessadas se comprometeram:

- Estabelecer metas, planos de ação e prazos para alcançar a paridade de gênero em todas as posições executivas, legislativas e administrativas, bem como em comissões públicas, grupos de trabalho e equipes de negociação;
- Implementar a orçamentação de gênero (GRB), que reúne as questões inter-relacionadas de igualdade de gênero e finanças públicas, para integrar as dimensões socioeconômicas no processo de planejamento e financiamento do orçamento;
- Comitês ou comissões especializadas em igualdade de gênero e grupos de mulheres, e fóruns de trabalho em rede, bem como a capacitação institucional sobre igualdade de gênero em parlamentos, ministérios e administração pública;
- Aumentar a qualidade e a quantidade de fundos disponíveis para apoiar as mulheres na vida pública, criando e financiando fundos dedicados que priorizam o financiamento direto para organizações de mulheres e movimentos feministas;
- Facilitar a entrada das mulheres na arena política através de capacitação, treinamento e conscientização, e fornecer apoio direcionado às mulheres que enfrentam múltiplas e intersetoriais formas de discriminação para participar da vida pública e da política;
- Aumentar a representação e participação das mulheres jovens na vida pública através de programas de alcance comunitário, tutoria, capacitação e exposição precoce a espaços legislativos e de elaboração de políticas.

Saiba mais sobre como negociar em fóruns de igualdade regionais e internacionais para a igualdade de gênero, ouvindo este [episódio de Podcast do ParlAmericas](#) com a Dra. Rosina Wiltshir, gravado em 2020 durante uma reunião de múltiplas partes interessadas em preparação para a CSW64.

13º Encontro da Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero do ParlAmericas

#ParlAmericasGEN

TÍTULO: Fortalecendo a Proteção Social além do COVID-19: O que os dados revelam

TEMA: Proteção social, saúde universal, COVID-19, incorporação da perspectiva de gênero, inclusão, interseccionalidade

DATA: 13, 22 de setembro e 4 de outubro de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de 210 parlamentares, funcionários parlamentares, representantes da sociedade civil e do governo dos 31 países.

ANFITRIÁ(O): Assembleia Nacional de Belize e a Câmara de Senadores da Bolívia



Esta atividade está alinhada com os ODS 1, 3, 5, 10 e 17.

O 13º Encontro da RPIG consistiu em três sessões: um diálogo interparlamentar, um diálogo com a sociedade civil e representantes da juventude e uma sessão plenária. Estes encontros proporcionaram um espaço para intercâmbios produtivos sobre estratégias para fortalecer os sistemas e programas de proteção social de forma inclusiva e sensível ao gênero, a fim de corrigir os efeitos da pandemia do COVID-19 e as causas estruturais da desigualdade de gênero e outras formas de vulnerabilidade social. Garantir o acesso a dados desagregados para orientar estas ações foi também uma abordagem transversal.

A entrevista de abertura do Encontro introduziu o conceito de proteção social como uma ferramenta eficaz para promover a igualdade de gênero. A conversa centrou-se nas abordagens à proteção social na região, destacando como as práticas de desenho e implementação inclusivas facilitam respostas às necessidades diferenciadas do público.

Ao longo das sessões, foi salientado que a obtenção de ganhos de proteção social, incluindo a redução da pobreza, maior inclusão social e crescimento econômico, exige que os decisores políticos apliquem uma perspectiva de gênero, levando-se em consideração os dados e ferramentas disponíveis e tendo em conta a interseccionalidade.

Além disso, foi argumentado que tal abordagem é necessária para o processo de recuperação pós-pandemia. Com intercâmbios sobre iniciativas bem sucedidas e lacunas existentes, sentiu-se que os processos de recuperação do COVID-19 oferecem uma oportunidade para renovar o contrato social, respondendo eficazmente às necessidades mais prementes da população, especialmente daqueles que historicamente têm enfrentado a exclusão e a desigualdade

Entre as principais referências e documentos apresentados durante o encontro, encontram-se:

- [Rastreador global de resposta de gênero à COVID-19 \(em inglês\)](#), PNUD e ONU Mulheres, 2021
- [Panorama Social da América Latina e do Caribe](#), CEPAL, 2020
- [Incorporação da perspectiva de gênero nas estratégias e programas de proteção social \(em inglês\)](#), ONU Mulheres e UNICEF, 2021
- [Relatório de síntese sobre a situação das mulheres e dos homens - Os impactos da COVID-19 \(em inglês\)](#), ONU Mulheres Caribe, 2021
- [A autonomia econômica das mulheres na recuperação igualitária e sustentável \(em espanhol\)](#), CEPAL, 2021

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura:

- Exma. **Valerie Woods** (Belize), Presidenta da Câmara dos Representantes
- Senadora **Gladys Alarcón Farfán** (Bolívia), 1ª Secretária da Câmara de Senadores
- Deputada **Maya Fernández Allende** (Chile), Presidenta RPIG 2019-2021
- Exmo. **Kevin Bernard** (Belize), Ministro da Juventude, Esportes e Governança Eletrônica

Painel sobre proteção social para além da COVID-19:

- Senadora **Natalie Campbell-Rodrigues** (Jamaica), Vice-presidenta para o Caribe da RPIG do ParlAmericas
- Sr. **Carlos Maldonado** (CEPAL)
- Sra. **Zahrah Nesbitt-Ahmed** (UNICEF, Gabinete de Investigação - Innocenti)
- Sra. **Claudia Brito Bruno** (FAO)

Apresentações resumidas sobre a recopilação de diálogos mediante:

- Sra. **Alicia Wallace** (Igualdade Bahamas)
- Sra. **Floralma López Atz** (Parlamento Guatemalteco para a Criança e a Adolescência)

Apresentações sobre experiências parlamentares na promoção da proteção social inclusiva durante a COVID-19:

- Exma. Representante **Jezmi Barraza** (Colômbia), Vice-presidenta para a América do Sul da RPIG do ParlAmericas
- Exma. Senadora **Dra. Marie-Françoise Mégie** (Canadá)
- Deputada **Jimena López** (Argentina)
- Exma. Ministra **Dr. Adis King** (Dominica)
- Exma. Deputada **Kayra Harding** (Panamá)
- Membro da Assembleia **Isabel Henríquez** (Equador)
- Deputada **Irma Dávila** (Nicarágua)

Observações finais:

- Exma. **Bridgid Annette-George** (Trinidad e Tobago), Presidenta da Câmara de Representantes e Vice-presidenta do ParlAmericas
- Exma. **Alincia Williams Grant** (Antígua e Barbuda), Presidenta do Senado e membro do Conselho do ParlAmericas

Pontos chaves das conclusões do diálogo interparlamentar (13 de setembro)

- A pandemia exacerbou uma situação de baixo crescimento econômico e instabilidade social na região, aprofundando as lacunas estruturais e as desigualdades. Em resposta, as medidas de proteção social devem ser ampliadas para proporcionar acesso universal a serviços de apoio abrangentes para mitigar o impacto da pandemia.
- As taxas de pobreza, desemprego e pobreza extrema estão aumentando, especialmente entre as mulheres. Estas lacunas requerem uma atenção focalizada dos programas e políticas de proteção social, por meio de apoios provisórios, como a renda assistencial.
- É importante considerar proativamente fatores de risco para criar políticas públicas mais resilientes. Por exemplo, com as medidas de saúde, a superlotação e o acesso limitado aos serviços básicos são fatores negativos para os que vivem na pobreza e devem ser considerados a par das intervenções em outras áreas.
- Uma lente de gênero interseccional deve ser aplicada na análise dos problemas sociais e na implementação de soluções. Durante a pandemia da COVID-19, meninas, meninos, jovens, idosos, mulheres, migrantes, trabalhadores informais, trabalhadores domésticos, pessoas com deficiência, sem-abrigo e populações rurais, indígenas e afrodescendentes foram afetados de forma desproporcional
- Os impactos na saúde da pandemia e das medidas de contenção relacionadas, bem como os desafios no acesso aos serviços de assistência devido a questões de cobertura, recursos e infraestrutura, tiveram um impacto desproporcional nas mulheres. As responsabilidades de cuidados cresceram e foram assumidas principalmente pelas mulheres, de acordo com as divisões tradicionais e desiguais de gênero do trabalho. Investir na economia dos cuidados pode ajudar a corrigir estes desequilíbrios.
- O aumento da incidência da violência de gênero e da insegurança alimentar e da desnutrição são problemas que têm afetado particularmente as mulheres e meninas rurais, indígenas e afrodescendentes.

- Os programas de proteção social podem ser aceleradores no processo de recuperação da região. Investir financeiramente em mulheres e meninas, em particular, e com um enfoque de vida, tem um enorme valor, inclusive para a economia.
- Os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#) são uma ferramenta eficaz para avaliar os dados, conceber programas e assegurar que os esforços se concentrem onde as necessidades são maiores.
- O [Compromisso de Santiago](#) prioriza o fortalecimento institucional para a integração da perspectiva de gênero em diferentes níveis do Estado e fornece uma orientação política útil e um ponto de partida para os esforços de recuperação.
- É importante adotar uma abordagem flexível, receptiva e orientada a dados ao projetar e implementar novos programas. Os decisores devem trabalhar em conjunto com mulheres e especialistas em gênero para criar iniciativas transformadoras.
- A proteção social deve ser complementada por intervenções sobre questões como a prevenção da violência e a educação para alcançar os seus objetivos. Os governos devem também criar um ambiente macroeconômico favorável para permitir a distribuição de recursos suficientes a estes programas.

Pontos chaves das conclusões do diálogo parlamentar com a sociedade civil e representantes da juventude (22 de setembro)

- A pandemia ampliou a necessidade de diálogo contínuo com a população, para garantir que as diversas necessidades do público sejam compreendidas e que as decisões tomadas respondam diretamente a elas. O foco central deve ser colocado naqueles que são mais vulneráveis em um determinado contexto.
- A juventude deve ser incluída nos processos de tomada de decisão. Além de criar caminhos para sua participação significativa, os parlamentos também podem criar oportunidades e programas que fomentem a liderança juvenil.

- Tanto os dados quantitativos como os qualitativos (incluindo as histórias e experiências vividas das pessoas) são contributos valiosos e necessários para a criação de leis, políticas e programas de alta qualidade.
- O acesso a recursos e serviços relacionados à saúde mental e à saúde reprodutiva deve ser uma parte essencial das considerações sobre cuidados de saúde em todos os contextos de crise, inclusive durante o COVID-19. A ênfase também deve ser colocada em garantir o acesso às vacinas e fornecer o apoio necessário aos profissionais de saúde.
- As crises ilustram e exacerbam as desigualdades, o que significa que algumas pessoas se tornaram mais vulneráveis durante a pandemia. Por exemplo, pessoas em risco de violência doméstica tornaram-se ainda mais vulneráveis durante as restrições do COVID-19 que envolviam ficar em casa.
- O acesso à tecnologia é uma área importante a ser abordada. O acesso desigual à internet ou aos dispositivos eletrônicos necessários afetou a educação e o emprego, especialmente para jovens, comunidades rurais e pessoas que vivem na pobreza.
- O emprego dos jovens deve ser uma alta prioridade. Podem ser explorados programas e apoios sustentáveis que promovam o acesso ao emprego, à educação e ao financiamento, juntamente com outros recursos. A agricultura e o empreendedorismo eram duas áreas de particular interesse.
- Fortes relações internacionais que permitam o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas podem contribuir para a identificação e implementação bem sucedida de novos programas sociais.
- Parcerias eficazes entre governos e organizações da sociedade civil e entre os setores público e privado contribuem para melhorar o acesso à informação e podem melhorar a concepção de políticas e os processos de implementação.



Exma. VALERIE WOODS (Belize), Presidenta da Câmara de Representantes e coanfitriã do Encontro

Adotar uma abordagem sensível ao gênero para reforçar os nossos sistemas de proteção social ... requer acesso e utilização eficaz de informação de alta qualidade sobre as experiências vividas pelas pessoas, ferramentas de apoio como acordos internacionais e dados desagregados, todos eles fornecendo orientação essencial para o trabalho legislativo e político sobre proteção social que aborda necessidades imediatas e nos ajuda a construir resiliência a longo prazo, superando algumas das principais causas de vulnerabilidade.



Exma. BRIDGID ANNISETTE-GEORGE (Trinidad e Tobago), Presidenta da Câmara de Representantes e Vice-presidente do ParlAmericas

O fortalecimento de nossos sistemas de proteção social não poderia merecer mais nossa atenção como legisladores e políticos. Esta pandemia continua a lançar desafios inesperados ao nosso caminho. Devemos garantir as proteções básicas, serviços e direitos que são devidos a cada pessoa e especificamente às mulheres e meninas.



Exma. ALINCIA WILLIAMS GRANT (Antígua e Barbuda), Presidenta do Senado e membro do Conselho do ParlAmericas

Se quisermos reconstruir para um futuro mais forte, mais resistente apesar das muitas incertezas, precisaremos de perspectivas e insumos mais diversificados. Contribuição para a prestação de cuidados de saúde equitativos, para o fim da violência baseada no gênero, para a formação e educação, para a proteção no local de trabalho, para a segurança de renda e muito mais. E todos precisamos abordar estas conversas com uma mente aberta a diferentes pontos de vista que talvez não tenhamos contemplado. Isto torna as nossas democracias mais fortes.



Senadora GLADYS ALARCÓN FARFÁN (Bolívia), 1ª Secretária da Câmara de Senadores, coanfitriã do Encontro

A pandemia tem tido impactos diferenciados nas mulheres, com um aumento da violência e das desigualdades econômicas e sociais baseado no gênero ... É fundamental que [para responder a este desafio] seja aplicada uma análise de gênero e interseccionalidade e, que as mulheres e os jovens sejam incluídos na tomada de decisões para garantir que as medidas respondam às necessidades diferenciadas das pessoas mais afetadas.



Deputada MAYA FERNÁNDEZ ALLENDE (Chile), Presidenta da RPIG (2019-2021)

Esta crise complexa que estamos atravessando deve ser vista como uma oportunidade histórica para fortalecer os sistemas e programas de proteção social sob paradigmas inclusivos que reconheçam que sistemas de proteção social bem concebidos e centrados no usuário, apoiados por evidências e dados desagregados, não só reduzem a pobreza e a desigualdade, mas também têm efeitos positivos sobre a democracia, a coesão social e o crescimento econômico sustentável.



Senadora VERÓNICA CAMINO (MÉXICO), Presidenta eleita da RPIG (2021-2023)

Este é um diálogo muito importante ... Os problemas que os nossos jovens enfrentam não se podem limitar apenas aos estudantes; estamos também falando de jovens trabalhadores, problemas de saúde mental e violência doméstica ... Aceitamos o desafio dos jovens de nos desafiarem para que possamos fazer melhor e para que possamos trabalhar a partir dos parlamentos, com criatividade baseada no conhecimento do quadro legal de cada um dos nossos países.

Comitê Executiva da Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero

Após as eleições realizadas durante a sessão plenária do Encontro, o Comitê Executivo da RPIG está composto por:

Presidenta

- Senadora **Verónica Camino Farjat** (México)

Vice-Presidenta - América do Norte

- Exma. **Mobina Jaffer**, Senadora (Canadá)

Vice-Presidenta - Caribe

- Senadora **Natalie Campbell-Rodrigues** (Jamaica)

Vice-Presidenta - América Central

- Exma. **Kayra Harding**, Deputada (Panamá)

Vice-Presidenta - América do Sul

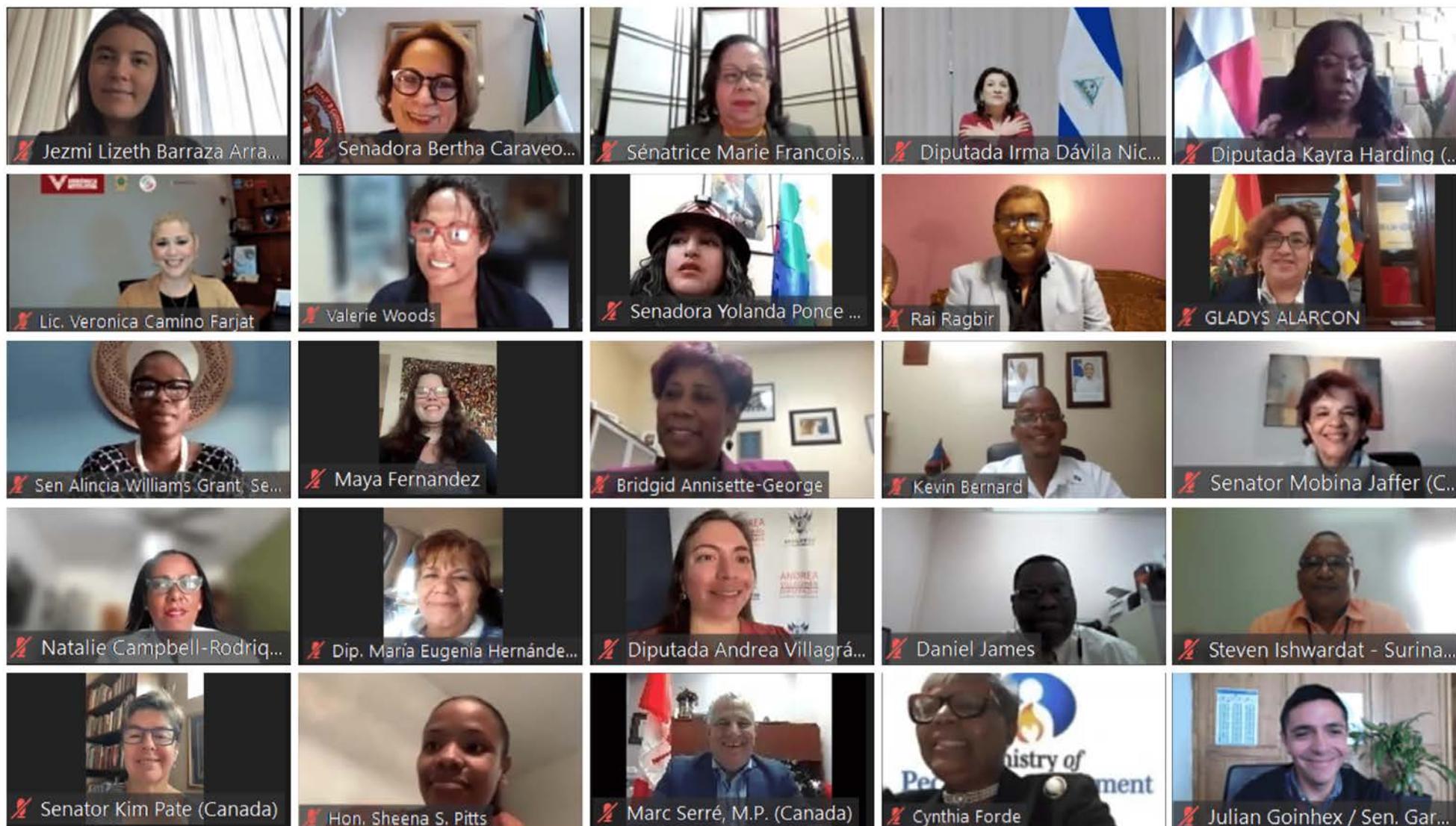
- Exma. Representante **Jezmi Barraza Arraut** (Colômbia)



Declaração

A sessão plenária do Encontro (4 de outubro) foi concluída com a leitura da [declaração](#). Entre os compromissos adotados pelas delegações parlamentares convocadas, encontram-se:

- Defender os princípios da universalidade e da solidariedade da proteção social baseada na dignidade humana e na inclusão social, com especial atenção aos grupos populacionais que historicamente sofreram dificuldades no acesso à proteção social, reconhecendo a centralidade da não discriminação, a igualdade de gênero e a importância de responder às necessidades específicas das pessoas mais vulneráveis.
- Continuar a necessária expansão dos programas de proteção social existentes para crianças, facilitando o acesso das crianças à nutrição, educação e saúde, reconhecendo-os como direitos humanos e incorporando creches e oferecendo licenças parentais universais para prevenir e reduzir a pobreza infantil e erradicar o trabalho infantil.
- Enfatizar a necessidade de facilitar o acesso aos sistemas e programas de proteção social, recorrendo, sempre que possível, às novas tecnologias, e de enfrentar os riscos de exclusão associados a características como o gênero, a deficiência, a etnia e o emprego.
- Exigir que as autoridades competentes coletem dados desagregados, assim como testemunhos em primeira mão e informações quantitativas e qualitativas, particularmente de mulheres, indígenas, afrodescendentes, indígenes e outros grupos tradicionalmente sub-representados na tomada de decisões, para uso na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de sistemas e programas de proteção social.
- Manter um diálogo permanente sobre proteção social com as instituições relevantes e a sociedade civil para informar as nossas ações legislativas sobre estas questões e assegurar que os programas e benefícios existentes são conhecidos, compreendidos e acessíveis à população beneficiária.
- Defender e assegurar aumentos anuais nos gastos públicos com programas de proteção social, inclusive no contexto de medidas de austeridade e contração fiscal provocadas pelos efeitos econômicos de crises como a causada pela pandemia do COVID-19.



As agendas completas (13, 22 de setembro e 4 de outubro), [comunicado de imprensa](#), podcasts de entrevistas magistrais ([ingl s](#) e [espanhol](#)), [lista de reprodu o das grava es em v deo](#) e [apresenta es](#) desta atividade podem ser consultadas no site do [ParlAmericas](#).

PROYECTO DE LIDERAZGO POLÍTICO DE LA MUJER



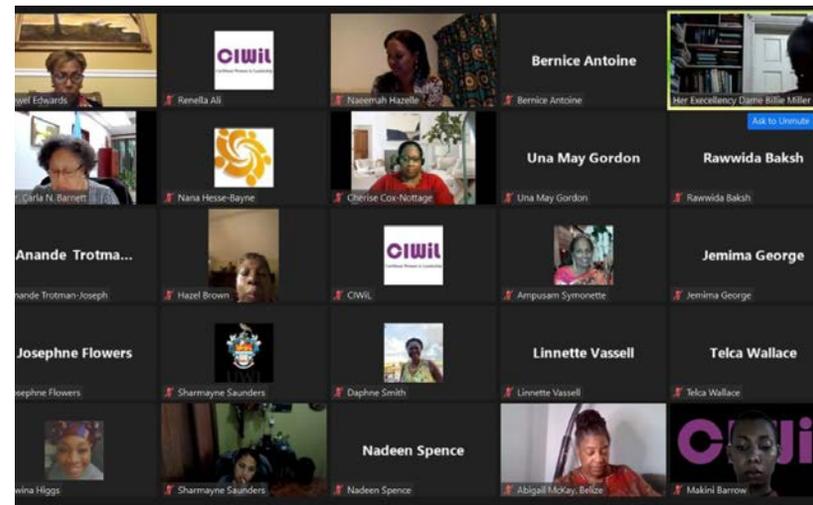
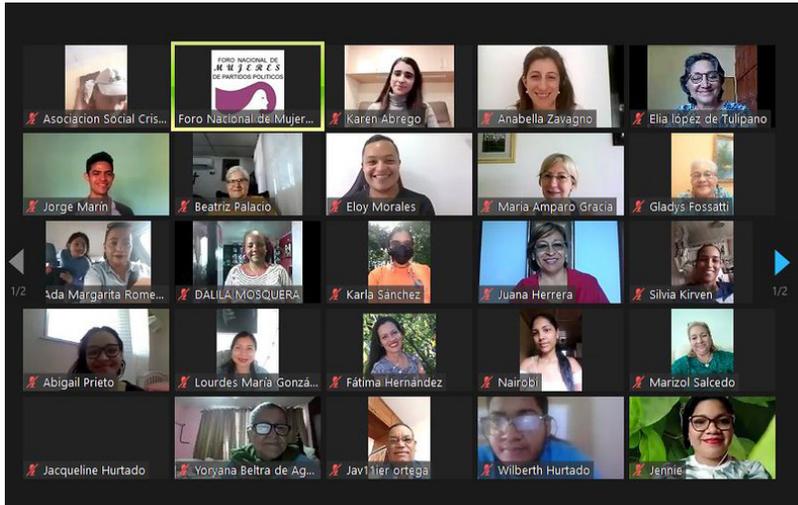
Em 2018, o ParlAmericas lançou um projeto para promover a liderança política das mulheres na América Latina e no Caribe. O projeto apoia organizações multipartidárias de mulheres na entrega de programas que criem ambientes que possibilitem a liderança das mulheres na política e em outros setores onde são sub-representadas. As atividades do projeto também fortalecem as capacidades institucionais dessas organizações, à medida que realizam seu trabalho em colaboração com parlamentos nacionais, agências de gênero, instituições multilaterais e outras organizações regionais e locais da sociedade civil.

Por meio desse projeto, o ParlAmericas tem acompanhado as [Mulheres Caribenhas em Liderança](#) (CIWiL, sigla em inglês) e o [Fórum Nacional de Mulheres em Partidos Políticos](#) (FONAMUPP) no Panamá. As iniciativas conjuntas realizadas com essas organizações contribuem para o sucesso do trabalho do ParlAmericas na integração de gênero e envolvimento da sociedade civil.

No contexto atual da pandemia do COVID-19, CIWiL, FONAMUPP e outros parceiros do projeto continuam adaptando e fazendo a transição, com sucesso, de suas atividades para formatos online ou híbridos online/presencial.

Em 2021, as atividades do projeto incluíram:

- webinars para incentivar e apoiar candidaturas eleitorais de mulheres;
- treinamento on-line para promover a liderança jovem sensível ao gênero;;
- fortalecimento de iniciativas para estabelecer sedes locais das organizações parceiras;
- reuniões nacionais e regionais para o intercâmbio de conhecimento; e
- produção de ferramentas de comunicação e de militância política.



FORO NACIONAL DE
M U J E R E S
DE PARTIDOS POLÍTICOS



O Fórum Nacional de Mulheres de Partidos Políticos do Panamá (FONAMUPP)

é uma organização não governamental sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a participação política das mulheres panamenhas em igualdade de oportunidades e condições. O FONAMUPP atua há 25 anos e tem desempenhado um papel importante na promoção de reformas eleitorais em favor da paridade.

Resumo de Atividades de 2021

- Mais de 75 bibliotecas, escolas e outras organizações no Panamá receberam cópias do livro Elena e as formigas: Um team ao resgate
- 14 sessões de treinamento e sensibilização realizadas sobre a importância da liderança feminina e da igualdade de gênero
- 74 jovens alcançados por meio de programas para promover a liderança sensível ao gênero
- Mais de 433 mulheres beneficiárias das atividades do projeto

Nas palavras das e dos beneficiários/as dos treinamentos do FONAMUPP

“Minha experiência no programa me ajudou a crescer pessoal e profissionalmente, pois agora estou mais confiante para falar em público. Também me motivou a me informar melhor sobre o que está acontecendo no país.”

“Tenho orgulho dos resultados dos projetos, como o Brújula Mujer. O Panamá está na vanguarda da liderança política de mulheres jovens.”

“Nós nunca terminamos de aprender; há ainda mais para ouvir do que para dizer. A liderança política é o que constrói o sucesso das lutas pela igualdade.”





Caribbean Women in Leadership

Mulheres Caribenhas na Liderança (Caribbean Women in Leadership, CIWiL)

é uma organização de referência comprometida com o avanço da liderança transformacional e, com o aumento do número de mulheres na liderança e tomada de decisões na vida política e cívica, proporcionalmente à população

feminina nos países do Caribe. CIWiL é uma instituição apolítica, apartidária e independente, e uma das principais defensora do aumento da participação das mulheres na liderança e tomada de decisões no Caribe.

CIWiL trabalha com ativistas, mulheres parlamentares, profissionais de desenvolvimento e mecanismos nacionais de gênero para treinar e apoiar mulheres em toda a região enquanto buscam cargos eletivos ou assumem outros cargos de liderança. A visão da CIWiL é promover o desenvolvimento sustentável das sociedades caribenhas, adotando princípios de liderança transformacional, incluindo igualdade de gênero, equidade, justiça econômica e social e sustentabilidade ambiental.



“Embora os desafios do ano passado tenham nos tornado conscientes das vulnerabilidades específicas das mulheres, ao mesmo tempo, destacou por que a igualdade de gênero está no cerne do desenvolvimento sustentável (...) Esse compromisso [com a igualdade de gênero] requer aumentar as vozes das mulheres nos espaços de tomada de decisão em todos os lugares, apoiando seu envolvimento na vida pública e, investindo no desenvolvimento de mulheres e meninas jovens que estão liderando o caminho para a transformação social” – **Dylis McDonald**, Coordenadora de Projeto da CIWiL

Resumo das atividades de 2021

- 4 sessões virtuais de treinamento pré-eleitorais, realizadas para apoiar as candidatas e suas equipes de campanha
- 6 webinars regionais realizados para promover o diálogo sobre temas prioritários de igualdade de gênero
- 1 processo participativo realizado para atualizar o plano estratégico plurianual da organização
- 670 mulheres beneficiárias das atividades do projeto





MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REDE DE PARLAMENTO ABERTO DO PARLAMERICAS



Prezados e Prezadas colegas,

O ano de 2021 foi particularmente produtivo para a Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas (RPA) graças, em parte, à crescente importância atribuída à abertura legislativa pelos parlamentares.

Estamos cada vez mais cientes de que tomar medidas visando ao aumento da transparência e acesso à informação pública, fortalecimento da prestação de contas, promoção da participação cidadã na tomada de decisões e, aumento da ética e probidade no trabalho parlamentar, são tarefas fundamentais para, entre outros aspectos, restabelecer a confiança dos nossos cidadãos e cidadãs no parlamento. Esse objetivo é, e deve ser, prioridade para os órgãos legislativos das Américas e do Caribe.

Nesse contexto, e a fim de proporcionar aos nossos membros as melhores ferramentas para avançarmos nesse caminho, realizamos o ambicioso processo de atualização do [Roteiro para a Abertura Legislativa](#), um documento que tem servido como referência para os parlamentos do hemisfério desenvolverem seus próprios planos e compromissos de abertura parlamentar.

Desse modo, levando em conta o progresso alcançado e as lições aprendidas desde sua publicação em 2016, o Roteiro foi revisado e atualizado por meio de um amplo processo consultivo e participativo que envolveu parlamentares e pessoal parlamentar, bem como especialistas e representantes de organizações da sociedade civil de 29 países do hemisfério. Graças às suas contribuições, conseguimos consolidar uma nova versão do Roteiro para a Abertura Legislativa, que será lançada na próxima reunião anual da RPA. Acreditamos firmemente que essa nova versão continuará a servir de norte para os esforços empreendidos pelos parlamentos do hemisfério no que tange a essas questões.

Além disso, gostaria de destacar que realizamos o 5o Encontro da RPA este ano, o qual reuniu mais de 200 participantes de 30 países com o objetivo de analisar os graves efeitos da desinformação e propaganda computacional sobre a

democracia, as instituições e o diálogo social. Essa é uma questão que desperta grande interesse dos nossos membros devido às suas implicações complexas e profundas. Convidamos a todos a consultarem o respectivo relatório, no qual encontrarão apresentações de especialistas convidados, documentos de interesse e a declaração assinada durante o Encontro.

Paralelamente ao 5o encontro da RPA, realizamos a 3a Reunião da Rede de Funcionários e Funcionárias de Parlamento Aberto, que abordou a inovação tecnológica no trabalho parlamentar, incluindo temas como inteligência artificial e segurança cibernética. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos funcionários e funcionárias parlamentares de todo o hemisfério por sua dedicação e comprometimento com a abertura legislativa.

É importante destacar ainda os esforços feitos pela nossa Rede para facilitar recursos, ferramentas, intercâmbio de experiências entre diferentes parlamentos e a colaboração com diversas partes interessadas relevantes no que se refere a essa agenda, entre elas organizações da sociedade civil e instituições públicas como agências de proteção de dados, com as quais debatemos a nova Lei Modelo de Acesso à Informação Pública desenvolvida pela OEA, bem como organizações internacionais, com as quais coordenamos o Dia do Parlamento Aberto, no âmbito da Cúpula Global da Parceria para o Governo Aberto.

Agradecemos o apoio ao trabalho da RPA em 2021, e esperamos continuar contando com seu apoio no próximo ano.

Cordialmente,

Javier Macaya Danús

**Membro da Câmara dos Deputados do Chile
Presidente da Rede de Parlamento Aberto**

.....
 SIGA-ME NO TWITTER @JAVIER MACAYA

Experiências de modernização legislativa na América Latina

#ParlAmericasOPN

TEMAS: Modernização legislativa, inovação, participação cidadã

DATA: 13 de novembro de 2020 e 29 de janeiro de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de 50 parlamentares e funcionários e funcionárias parlamentares de 7 países.

ORGANIZADO EM PARCERIA COM:
Instituto Nacional Democrático com escritórios na América Central (NDI América Central)



Essa atividade está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.

Esta série de reuniões virtuais foi projetada para parlamentares e funcionários/as de parlamentos do norte da América Central, a saber: El Salvador, Guatemala e Honduras. O objetivo foi fornecer conhecimentos práticos sobre a modernização legislativa por meio do intercâmbio de experiências, e estabelecer uma agenda sub-regional e interparlamentar para o avanço desses processos de modernização. Os resultados das reuniões serão usados como referência para desenvolver planos de trabalho e orientar a programação do NDI e do ParlAmericas em apoio à agenda estabelecida nesses três países.

Sessão 1: Fortalecimento da Função Parlamentar

A primeira reunião da série explorou o conceito de modernização legislativa e seu papel no fortalecimento dos parlamentos. As/os participantes compartilharam informações sobre as iniciativas realizadas no processo de virtualização das sessões parlamentares e, outros esforços de parlamento aberto relacionados à transparência, dados abertos e integridade pública. O diálogo também considerou os desafios de adaptação enfrentados pelos parlamentos da região devido à andemia do Covid-19.

Sessão 2: Inovação e Participação Cidadã em Processos Parlamentares

O segundo encontro teve como foco a modernização legislativa na perspectiva da inovação dos mecanismos de participação cidadã. As/os participantes discutiram as implicações de tais mecanismos no contexto político em evolução, e ficou evidente que, além de adaptar o funcionamento do parlamento às circunstâncias da pandemia em curso, é necessário um planejamento para desastres, como o recente caso do furacão Eta. Ambas as sessões incluíram um diálogo aberto para compartilhar reflexões e identificar questões que poderiam ser vinculadas a uma agenda sub-regional para maior aprendizado e colaboração.

Ambas as sessões incluíram um diálogo aberto para compartilhar reflexões e identificar questões que poderiam ser vinculadas a uma agenda sub-regional para maior aprendizado e colaboração.

Entre as referências compartilhadas estavam:

- [Protocolo Parlamentar Remoto da Câmara dos Deputados da Argentina](#) (Argentina) *em espanhol*
- [Regulamento sobre Participação Cidadã](#) (Chile) *em espanhol*
- [Parlamento Nacional Agrícola](#) (Costa Rica) *em espanhol*
- [Política de Parlamento Aberto Institucional](#) (Costa Rica) *em espanhol*
- [Lei Orgânica da Função Legislativa](#) (Equador) *em espanhol*

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura:

- Membro da Assembleia Nacional **Elizabeth Cabezas** (Ecuador), Presidenta do ParlAmericas
- Deputada **Cristina Cornejo** (El Salvador), Membro do Conselho ParlAmericas
- Sr. **Eduardo Nuñez Vargas**, Diretor do Programa Regional para a América Central do NDI

Painel sobre reformas para o fortalecimento institucional:

- Sra. **Pamela Lozano**, especialista em abertura legislativa
- Vice-Presidente da Assembleia Nacional **César Solórzano** (Equador)
- Deputada **Daniela Vilar** (Argentina)

Apresentação sobre o progresso da modernização legislativa:

- Deputada **Anabel Belloso** (El Salvador)
- Deputado **Cornelio García** (Guatemala)
- Deputado **Enrique Yllescas** (Honduras)
- Deputado **Víctor Martínez** (Honduras)
- Primeira Vice-Presidenta do Congresso **Sofía Hernández** (Guatemala)

Painel sobre experiências na América Latina:

- Deputada **Ana Lucía Delgado** (Costa Rica)
- Deputado **Vlado Mirosevic** (Chile)

Palavras de encerramento:

- Sr. **Alejandro Urizar**, Diretor do NDI em Honduras.
- Sra. **Natalí Casanova**, Responsável Sênior do Programa de parlamento aberto do ParlAmericas

Diálogo interparlamentar

Entre as questões destacadas durante esses diálogos estava a importância de poder reunir-se virtualmente, não apenas no contexto da pandemia, mas também em situações de desastre. Por exemplo, no contexto hondurenho, foram mencionados desafios nas viagens dos diferentes distritos para o parlamento após o recente furacão Eta. Sobre a questão da participação cidadã, foi destacada a importância de expandir além da informação para incorporar mecanismos participativos que permitam a interação e o feedback entre o parlamento e a cidadania.

Ao adotar novas tecnologias para avançar na modernização legislativa em todos os sentidos, foram destacados importantes desafios a serem enfrentados, incluindo a obtenção de consenso político entre as diferentes instâncias, a adoção de novos métodos de forma transparente que tenha o consentimento da população e a garantia de que essas ferramentas sejam seguras, acessíveis e fáceis de adotar tanto para a cidadania quanto para as e os legisladores.

AGENDA INTERPARLAMENTAR PARA A MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA

Uso de tecnologias de informação e comunicação

Participação dos cidadãos. Gerar espaços para interação bidirecional.

Representação. Conexão com outros setores da sociedade.

Processo de formação da lei. Na de socialização e aprovação (votação em plenário) do conteúdo da lei.

Prestação de contas. Abrir os parlamentos ao escrutínio e análise do trabalho legislativo.

Transparência. Colocar à disposição da cidadania informações sobre o trabalho legislativo: informações biográficas das e dos deputados, comparecimento, votações.

Desenvolvimento e uso de aplicativos.

Mecanismos ativos para a participação dos cidadãos

Cocriação de compromissos parlamentares abertos. Discussão e intercâmbio com vários setores da sociedade.

Processo de formação da lei. Nas etapas de redação, revisão, socialização e aprovação (votações cidadãs) do conteúdo da lei.

Que ações são consideradas importantes?

Agendas setoriais e sub-regionais (por exemplo, migração).

Network entre legisladores. Fortalecer as relações sub-regionais dentro das redes parlamentares existentes.

CONSIDERAÇÕES CHAVE PARA A MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA IDENTIFICADAS NAS SESSÕES

- Os esforços de modernização legislativa exigem fortes acordos interpartidários; comitês multipartidários estáveis e comprometidos; uma visão a longo prazo; e participação cidadã.
- Os processos de reforma legislativa e de modernização podem ser úteis para enfrentarem a desconfiança cidadã em relação às instituições democráticas, particularmente se envolverem a expansão das oportunidades de participação cidadã efetiva.
- Nos parlamentos da região, os processos de modernização legislativa se concentraram principalmente na dimensão organizacional (processos administrativos). É importante complementar este progresso com um maior fortalecimento da dimensão institucional, ou seja, dos princípios, valores e regras que orientam o trabalho legislativo.
- A adoção das TICs nos processos legislativos durante uma pandemia apresenta vários desafios, porém, também apresenta uma oportunidade de modernização e racionalização de ferramentas que podem transcender a pandemia e ser incorporadas de forma permanente.
- A modernização legislativa não se concentra apenas na aplicação das TICs, mas também implica em apostar em reformas e esforços em favor da abertura legislativa e, portanto, no fortalecimento das funções parlamentares em consonância com as Metas de Desenvolvimento Sustentável.

As agendas ([sessão 1](#) e [sessão 2](#)) em espanhol, [comunicado de imprensa](#), e [apresentações](#) dessa atividade estão disponíveis no site do ParlAmericas.

5º Encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

#ParlAmericasOPN

TÍTULO: Combater a desinformação para promover o debate público responsável

TEMA: Gênero e desinformação, ética em algoritmos, privacidade e proteção de dados pessoais, integridade eleitoral

DATAS: 15, 19 e 26 de março de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de **200** parlamentares, funcionários parlamentares, especialistas e representantes de organizações da sociedade civil e organizações de jovens de **30** países.

ANFITRIÃ(O): Parlamento do Canadá



Esta atividade está alinhada com o ODS 16.

O 5º encontro da RPA consistiu em duas sessões de trabalho, cada uma com uma série de grupos de discussão temáticos, bem como um painel interativo e uma sessão plenária. Essas reuniões reuniram parlamentares e diversas partes interessadas de todo o hemisfério para discutir algumas das questões mais críticas relacionadas aos efeitos da desinformação e da propaganda digital na democracia, instituições e no diálogo social.

Partindo do entendimento de que a desinformação é multifacetada, globalizada e sistêmica, as sessões de trabalho do encontro foram planejadas para analisar as múltiplas manifestações da desinformação sob diferentes perspectivas,

incluindo suas dimensões de gênero, a proteção de dados pessoais, integridade eleitoral, o papel da mídia e ética em algoritmos.

Cada uma dessas sessões foi aberta por acadêmicos renomados que contextualizaram o fenômeno da desinformação e compartilharam suas reflexões sobre seus principais efeitos na democracia e no diálogo social, e ofereceram seu conhecimento sobre o papel que os parlamentares podem desempenhar na mitigação de suas consequências.

A sessão plenária teve um debate dedicado a explorar alguns dos temas que estão no centro do debate sobre novas tecnologias de informação e comunicação, desinformação digital e propaganda computacional. As e os participantes trocaram ideias sobre a complexidade inerente a várias das principais dimensões destes problemas, como a tensão que existe entre moderação de conteúdos e liberdade de expressão; a magnitude, o poder e a natureza descentralizada das grandes empresas de tecnologia; as principais considerações que a legislação deve ter para neutralizar os efeitos da desinformação e regular as plataformas e aplicativos digitais; a prevalência preocupante de violência online contra mulheres e meninas; entre outros.

Algumas das principais referências e documentos apresentados durante o encontro foram:

- [Guia para garantir a liberdade de expressão contra desinformação deliberada em contextos eleitorais](#). Organização dos Estados Americanos - OEA, 2019. (em espanhol)
- [Guia de mídia social para parlamentos e parlamentares](#). União Interparlamentar, 2021. (em espanhol)
- [Criando uma Estrutura para Proteção de Dados: um guia para parlamentares de políticas sobre o que fazer e o que não fazer](#). Access Now, 2018. (em espanhol)

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura:

- Exmo. **Anthony Rota** (Canadá), Presidente da Câmara dos Comuns
- Exma. Senadora **Rosa Galvez** (Canadá), Representante do Parlamento anfitrião e Vice-Presidenta da Rede Parlamentar sobre Mudança Climática do ParlAmericas
- Exma. Senadora **Pierrette Ringuette** (Canadá), Presidenta em exercício do Senado
- Deputado **Bruce Stanton** (Canadá), Vice-Presidente da Câmara dos Comuns
- Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas

Diálogos moderados:

- Senadora **Bertha Alicia Caraveo Camarena** (México)
- Exmo. Senador **Ranard Eric Henfield** (Bahamas), Vice-Presidente da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas para o Caribe

Palestrantes:

- Sra. **Catalina Botero Marino**, Membro do Comitê de Supervisão do Facebook
- Sra. **Lucina Di Meco**, Especialista em Igualdade de Gênero e Cofundadora da #ShePersisted Global
- Deputado **Nathaniel Erskine-Smith** (Canadá), Grande Comitê Internacional sobre Desinformação

Discurso de encerramento:

- Deputado **Marc Serré** (Canadá), Membro do Conselho do ParlAmericas
- Deputada **Maritza del Socorro Espinales** (Nicarágua), Membro do Conselho do ParlAmericas
- Deputado **Javier Macaya Danús** (Chile), Presidente Eleito da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Principais conclusões dos grupos de trabalho temáticos (15 e 19 de março)

Os temas dos grupos de trabalho incluíram: Gênero e desinformação; colaboração com a mídia; promoção de algoritmos éticos; privacidade e a proteção de dados pessoais e integridade eleitoral.

- 1) No que diz respeito às mulheres políticas, a desinformação de gênero procura alterar a compreensão pública das carreiras das mulheres políticas para ganho político imediato e desencorajar sua participação em assuntos públicos.
- 2) É importante que as e os legisladores tornem este fenômeno visível, por exemplo, aumentando a conscientização pública sobre suas consequências e estabelecendo redes de apoio para aqueles que foram afetados. Em termos de políticas públicas, é necessário promover programas de alfabetização cidadã com foco específico em preconceitos e desinformação de gênero, e avaliar os impactos das novas tecnologias e aplicativos para contar com melhores ferramentas para a tomada de decisões.
- 3) A natureza disruptiva da comunicação digital, a natureza globalizada e a capacidade de influência das grandes empresas de tecnologia e as características do mercado digital exigem que as leis e regulamentações que regem o setor de telecomunicações sejam revistas e atualizadas para melhor responder aos desafios de uma nova e complexa realidade, evitando qualquer tipo de censura.
- 4) As autoridades públicas precisam reconhecer a importância do jornalismo independente e a diversidade do ecossistema da mídia e dos espaços cívicos como aliados para mitigar os efeitos da desinformação e da propaganda computacional. Além disso, há uma necessidade urgente de promover a alfabetização da mídia e da informação entre os usuários e jornalistas para abordar a desinformação digital.

- 5) Devido a sua complexidade, ubiquidade e efeitos concretos na vida das pessoas, é necessário considerar políticas e regulamentos para promover a alfabetização algorítmica, transparência e supervisão dos algoritmos e suas consequências na vida das pessoas.
- 6) É imperativo que os parlamentos façam avançar as discussões que reúnam o governo e o setor privado para promover paradigmas democráticos, transparentes, inclusivos e éticos na concepção de inteligência artificial e algoritmos computacionais.
- 7) Os regulamentos que procuram proteger os dados pessoais devem ser baseados no direito de todos os indivíduos de conhecer, atualizar e retificar qualquer informação coletada sobre eles em bancos de dados ou arquivos públicos e privados, bem como nas aplicações e plataformas de mídia social com as quais eles interagem.
- 8) É importante que as leis que são implementadas ou as atualizações das estruturas reguladoras existentes para a proteção de dados sigam os mais altos padrões internacionais na área e incluam os princípios de qualidade, legalidade, finalidade e proporcionalidade na coleta, transferência e uso de dados pessoais, e comuniquem de forma transparente aos cidadãos seus direitos e garantias.
- 9) Nas Américas e no Caribe, as campanhas de desinformação implantadas por meio de mídias sociais e sistemas de mensagens digitais tendem a exacerbar a polarização política e visam minorias (particularmente migrantes), dissidentes políticos e mulheres (tanto políticas quanto eleitoras).
- 10) Para combater os efeitos da desinformação digital e da propaganda computadorizada nos processos eleitorais, uma série de ações deve ser considerada, que podem incluir a moderação do conteúdo e do comportamento on-line durante as campanhas e eleições (sempre no respeito à liberdade de expressão);

a promoção da transparência durante as campanhas e eleições; o fortalecimento dos regulamentos financeiros de campanha para promover a justiça; e a facilitação da disseminação de informações transparentes e confiáveis durante as campanhas e eleições.

DESTAQUES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Discurso principal por:

- Professor **Taylor Owen**, Presidente de Ética de Mídia e Comunicações da Fundação Beaverbrook da Faculdade de Políticas Públicas Max Bell da Universidade McGill
- Sr. **Marco Aurelio Ruediger**, Diretor de Análise de Políticas Públicas, Fundação Getúlio Vargas

Apresentações de grupos de trabalho temáticos:

- Sra. **Amalia Toledo**, Consultora em Gênero e Tecnologia
- Sra. **Sandra Pepera**, Diretora de Gênero, Mulheres e Democracia, Instituto Nacional Democrático
- Sra. **Elena Gil González**, Advogada, doutoranda e Professora no Instituto de Empresa Law School
- Sra. **Estelle Massé**, Analista Sênior de Políticas e Responsável Global de Proteção de Dados, Access Now
- Sr. **Pedro Vaca Villarreal**, Relator Especial para a Liberdade de Expressão, Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
- Sr. **Daniel Arnaud**, Assessor de Estratégias de Informação, Instituto Nacional Democrático
- Sra. **Victoria Welborn**, Gerente de Programa de Tecnologia e Inovação, Instituto Nacional Democrático
- Sra. **Laura Zommer**, Diretora Executiva, Chequeado
- Sra. **Nazima Raghbir**, Primeira Vice-Presidente da Associação dos Trabalhadores de Meios de Comunicação do Caribe
- Sra. **Micaela Mantegna**, Professora do Centro de Tecnologia e Sociedade, Universidade de San Andrés e Pesquisadora filiada do Berkman Klein Center de Harvard

Boas práticas legislativas

Os grupos de trabalho também proporcionaram uma oportunidade para o intercâmbio de boas práticas legislativas relacionadas a diferentes dimensões de desinformação, violência on-line, integridade eleitoral e proteção de dados.

Desinformação e notícias falsas

A Representante **Cecilia Bottino Fiuri** (Uruguai), presidenta do Comissão de Constituição, Códigos, Legislação Geral e Administração, apresentou O pacto ético contra a desinformação, uma iniciativa assinada pelos partidos políticos uruguaios contra a criação e divulgação de campanhas de desinformação e notícias falsas. Entre outros compromissos, os signatários concordaram "em não gerar ou promover falsas notícias ou campanhas de desinformação em detrimento dos adversários políticos".

Consulte o texto do pacto [aqui](#) (em espanhol).

O Deputado **Orlando Silva** (Brasil) apresentou o *Comprove*, uma ferramenta desenvolvida pela Câmara dos Deputados do Brasil que, por meio de um canal de *WhatsApp*, permite à cidadania esclarecer informações sobre o trabalho parlamentar e verificar a veracidade das informações e notícias sobre a Câmara divulgadas por meio das redes sociais.

Consulte tudo sobre a *Comprove* [aqui](#).

Violência online baseada em gênero

A Senadora **Martha Lucía Micher Camarena** (México), presidenta da Comissão para a Igualdade de Gênero do Senado, apresentou a chamada "Lei Olimpia", um conjunto de reformas à Lei geral de acesso das mulheres a uma vida livre de violência que criminaliza a violência digital e pune crimes que violam a intimidade sexual das pessoas através da mídia digital.

Consulte todos os detalhes e antecedentes da lei [aqui](#) (em espanhol).

Integridade eleitoral

O Exmo. Senador **René Cormier** (Canadá), apresentou algumas das atualizações da Lei eleitoral do Canadá. As emendas, destinadas a aumentar a participação dos eleitores, tornar a votação mais acessível e melhorar a transparência e a segurança dos processos eleitorais, incluíram o ajuste dos limites das contribuições financeiras de terceiros e o estabelecimento de restrições mais rigorosas nas atividades políticas de indivíduos e organizações estrangeiras.

Consulte a lei em que se introduziram modificações na Lei eleitoral do Canadá de [aqui](#) (em inglês).

Inteligência artificial e algoritmos

O Senador **Kenneth Pugh Olavarría** (Chile), compartilhou algumas das experiências interessantes e pioneiras que o Congresso chileno está avançando em questões relacionadas a [direitos neurológicos](#), ética em algoritmos, o papel da inteligência artificial na governança e proteção de dados.

Consulte o relatório Inteligência Artificial para o Chile, preparado pelo Senado do Chile, [aqui](#) (em espanhol).

Proteção de dados

O Membro da Assembleia Nacional **César Solórzano** (Equador), vice-presidente da Assembleia Nacional, compartilhou alguns dos principais aspectos da Lei orgânica de proteção de dados pessoais, que incluem, por exemplo, o reconhecimento da responsabilidade proativa como elemento central e a incorporação de alguns dos mais altos padrões para o processamento de dados pessoais: legalidade, transparência, legitimidade, finalidade, relevância, assim como a proporcionalidade do processamento, consentimento, confidencialidade, qualidade, conservação e segurança.

Consulte o texto da lei [aqui](#) (em espanhol).

O Exmo. **Reginald Farley** (Barbados), presidente do Senado, introduziu a Lei de proteção de dados, aprovada em 2019. A Lei, em grande parte inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), foi reconhecida como uma das mais avançadas leis de privacidade do Caribe, pois incorpora alguns dos mais altos padrões internacionais na área.

Consulte o texto da lei [aqui](#) (em inglês).

Diálogos moderados por:

- Senadora **Natalie Campbell-Rodrigues** (Jamaica)
- Deputada **Andrea Villagrán** (Guatemala)
- Deputado **Ramiro Gutiérrez** (Argentina)
- Exmo. **Reginald Farley** (Barbados), Presidente do Senado
- Membro da Assembleia Nacional **Elizabeth Cabezas** (Equador), Presidenta do ParlAmericas (2019-2020)
- Representante **Juan David Vélez** (Colômbia)
- Senadora **Antares Vázquez** (México), Membro do Conselho do ParlAmericas
- Exma. **Alincia Williams Grant** (Antígua e Barbuda), Presidente do Senado e Membro do Conselho do ParlAmericas



Exma. Senadora PIERRETTE RINGUETTE (Canadá), Presidenta em exercício do Senado

Campanhas de desinformação durante as eleições podem ter uma série de efeitos prejudiciais. Por exemplo, a desinformação disseminada, por meio destas campanhas concertadas, pode obscurecer informações legítimas aos eleitores, polarizar o discurso social e minar a confiança no processo eleitoral.



Deputado JAVIER MACAYA DANÚS (Chile), Presidente Eleito da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.

Estamos vivenciando as múltiplas formas pelas quais a desinformação está afetando a democracia e os valores e princípios fundamentais que compartilhamos, permitindo que os atores nacionais e estrangeiros difundam narrativas nocivas, exacerbem a polarização social e política e instiguem visões antidemocráticas entre a cidadania.



Senadora BLANCA OVELAR (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas

Atenuar os efeitos da desinformação e da propaganda computacional, responder à consolidação de modelos monopolistas no setor das tecnologias de comunicação e informação, e promover o uso de algoritmos éticos e inclusivos são iniciativas de tal magnitude que só são viáveis se forem desenvolvidas em conjunto.



Exmo. ANTHONY ROTA (Canadá), Presidente da Câmara dos Comuns

A desinformação durante uma pandemia global poderá comprometer a saúde pública e a segurança, especialmente se as pessoas acreditarem em falsas medidas de prevenção ou tratamentos, ou se a confiança nos serviços de saúde e nas instituições públicas for minada.



Deputado MARC SERRÉ (Canadá), Membro do Conselho do ParlAmericas

Podemos aprender com iniciativas nacionais e práticas legislativas inovadoras que estão sendo implementadas em todo o mundo". No Canadá, por exemplo, estamos desenvolvendo a [Iniciativa Cidadã Digital](#), uma estratégia multicomponente que visa apoiar a democracia e a coesão social por meio da construção de resiliência cidadã contra a desinformação on-line e da criação de parcerias para apoiar um ecossistema de informação saudável.



Exmo. Senador RANARD HENFIELD (Bahamas), Vice-Presidente pelo Caribe da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Confrontar a natureza multifacetada, globalizada e sistêmica da desinformação requer abordar suas múltiplas expressões a partir de diferentes perspectivas. Este encontro proporciona uma oportunidade para dialogar sobre algumas destas questões prementes e compartilhar práticas legislativas inovadoras para conter seus efeitos, tendo em mente que promover a abertura legislativa é uma excelente forma de contribuir para a luta contra a desinformação.

Apresentação dos resultados dos compromissos parlamentares adotados no 4º encontro da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas e de novos compromissos

As e os parlamentares das Américas e do Caribe vêm empreendendo esforços de abertura por meio da implementação de compromissos adotados por meio de planos de ação de parlamentos abertos, de planos de ação de governos abertos que os países apresentam perante a OGP (Aliança para o Governo Aberto, por suas siglas em inglês), assim como de outras iniciativas reportadas ao ParlAmericas durante os encontros anuais da RPA.

[A ferramenta de compromissos de parlamento aberto do ParlAmericas](#) permite visualizar, comparar, baixar e acompanhar o progresso dos parlamentos no êxito dos compromissos em favor da abertura legislativa apresentados usando um modelo de semáforo. Os compromissos podem ser vistos por país e por pilar de parlamento aberto (transparência, prestação de contas, participação cidadã e ética).

Os seguintes parlamentos apresentaram atualizações dos compromissos assumidos durante o encontro anterior: [Canadá](#), [Chile](#), [Colômbia](#), [Costa Rica](#), [Equador](#), [Paraguai](#), [Suriname](#) e [Trinidad e Tobago](#).

NOVOS COMPROMISSOS A SEREM IMPLEMENTADOS EM 2021-2022

Parlamento	Pilar	Compromisso
Canadá	 Planejamento estratégico	<p>Apresentação do roteiro para o desenvolvimento de um Plano de Ação do Parlamento Aberto no Parlamento do Canadá</p> <p>Apresentar ao Senado e à Câmara dos Comuns o Roteiro para o desenvolvimento de um Plano de Ação do Parlamento Aberto, adotado pelo Comitê Executivo da Sessão Canadense do ParlAmericas, e empreender os esforços necessários para implementar as ações concretas nele estabelecidas.</p>
Chile	 Planejamento estratégico	<p>Cocriação dos compromissos legislativos do 5º Plano de Ação Governamental Aberto 2020-2022 (em espanhol)</p> <p>Cocriar novos compromissos parlamentares abertos com a sociedade civil, a serem incluídos no 5º Plano de Ação Governamental Aberto 2020-2022.</p>
Honduras	 Planejamento estratégico	<p>Treinamento para parlamentares e pessoal parlamentar sobre o parlamento aberto, tendo como objetivo o desenvolvimento do próximo Plano de Ação do Parlamento Aberto</p> <p>Desenvolvimento de sessões de treinamento nas quais parlamentares e funcionárias/os parlamentares aprofundam seus conhecimentos sobre parlamento aberto, transparência legislativa e participação cidadã.</p>

NOVOS COMPROMISSOS A SEREM IMPLEMENTADOS EM 2021-2022

Parlamento

Pilar

Compromisso

Costa Rica

Participação cidadã

Implementando os compromissos legislativos do [Plano de Ação de Estado Aberto 2019-2021](#) (em espanhol)

Cocriar uma estratégia abrangente, inovadora e multicanal de participação cidadã para a Assembleia Legislativa baseada na abertura de espaços e processos colaborativos, bem como estabelecer um fórum cívico de Estado Aberto que reúna a cidadania e organizações da sociedade civil para avaliar as regulamentações existentes em termos de transparência, acesso à informação, responsabilidade e participação cidadã, e para promover novas propostas e reformas à legislação existente. Estas propostas serão apresentadas às e aos deputados da Assembleia Legislativa para sua avaliação e possível adoção.

Equador

Planejamento estratégico

Apresentação do [Regulamento para a Implementação do Parlamento Aberto na Assembleia Nacional](#) (em espanhol), **aprovado pelo Conselho de Administração Legislativa**

Apresentar à Assembleia as regras de procedimento, cuja proposta inclui princípios de parlamento aberto e governo aberto, bem como as melhores práticas internacionais na área. A proposta foi feita em conjunto com a sociedade civil, por meio de um processo de cocriação de regulamentos, com uma equipe consultiva com experiência na promoção de políticas de Parlamento Aberto, tanto nacional como internacionalmente, e funcionárias/os da Assembleia Nacional envolvidos no funcionamento do parlamento aberto na instituição.

Colômbia

Planejamento estratégico

Implementação do [5º Plano de Ação para um Congresso Aberto e Transparente 2020-2021](#) (em espanhol)

Implementar os compromissos do 5º Plano de Ação cocriado com organizações da sociedade civil em torno de 5 eixos: participação cidadã; inovação tecnológica; transparência e luta contra a corrupção; responsabilidade e austeridade; e ética e moralidade corporativa.

NOVOS COMPROMISSOS A SEREM IMPLEMENTADOS EM 2021-2022

Parlamento

Pilar

Compromisso

Paraguai



Planejamento estratégico

Cocriação dos compromissos legislativos do [5º Plano de Ação Governamental Aberto 2021-2023](#) (em espanhol)

Cocriar novos compromissos de parlamento aberto com a sociedade civil, a serem incluídos no 5º Plano de Ação Governamental Aberto 2021-2023.

Trinidad e Tobago



Participação cidadã

Fortalecimento da participação cidadã e da prestação de contas

Promover a participação dos jovens por meio da reestruturação do Parlamento Nacional Juvenil para permitir debates híbridos a fim de facilitar a participação. Além disso, o Parlamento pretende recomendar ao Executivo que as apresentações e perspectivas dos jovens nos debates sejam levadas em consideração na elaboração da legislação. Além disso, procura melhorar o uso de ferramentas de pesquisa em todos os comitês para permitir uma maior participação da cidadania. Também procura assegurar uma melhor responsabilidade financeira por meio do monitoramento contínuo e em tempo real do orçamento anual pela Comissão de Administração Pública e Orçamento por meio da apresentação de relatórios trimestrais oportunos e detalhados de todas as alocações e despesas dos diversos chefes de Departamentos e Agências.

Nicarágua



Participação cidadã

Fortalecimento da [Política de Protagonismo do Povo na Atividade Parlamentar](#) (em espanhol)

Fortalecer mecanismos e espaços de participação pública nos trabalhos parlamentares, promovendo espaços de diálogo entre a cidadania e seus representantes no parlamento, por meio de visitas de estudantes do ensino fundamental e médio, estudantes universitários, organizações sociais e instituições estatais; ministrando conferências ou palestras dentro e fora da Assembleia Nacional sobre leis e seus conteúdos, a estrutura e o funcionamento da Assembleia Nacional, etc; desenvolvendo visitas pelo Complexo Legislativo “Carlos Núñez Téllez”; recebendo visitas de delegações estrangeiras interessadas em conhecer sobre a Assembleia Nacional; e explicando os meios de comunicação da Assembleia Nacional e o uso das redes sociais para divulgação e difusão dos trabalhos legislativos e institucionais do Parlamento.

Executivo da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Após as eleições realizadas durante a sessão plenária do encontro, o Comitê Executivo da RPA passou a ter a seguinte composição:

Presidente

- Deputado **Javier Macaya Danús** (Chile)

Primeira Vice-Presidenta - América do Norte

- Senadora **Bertha Alicia Caraveo Camarena** (México)

Segundo Vice-presidente - América do Norte

- Exmo. **René Cormier**, Senador (Canadá)

Vice-Presidente - Caribe

- Exmo. **Ranard Eric Henfield**, Senador (Bahamas)

Primeira Vice-Presidenta – América Central

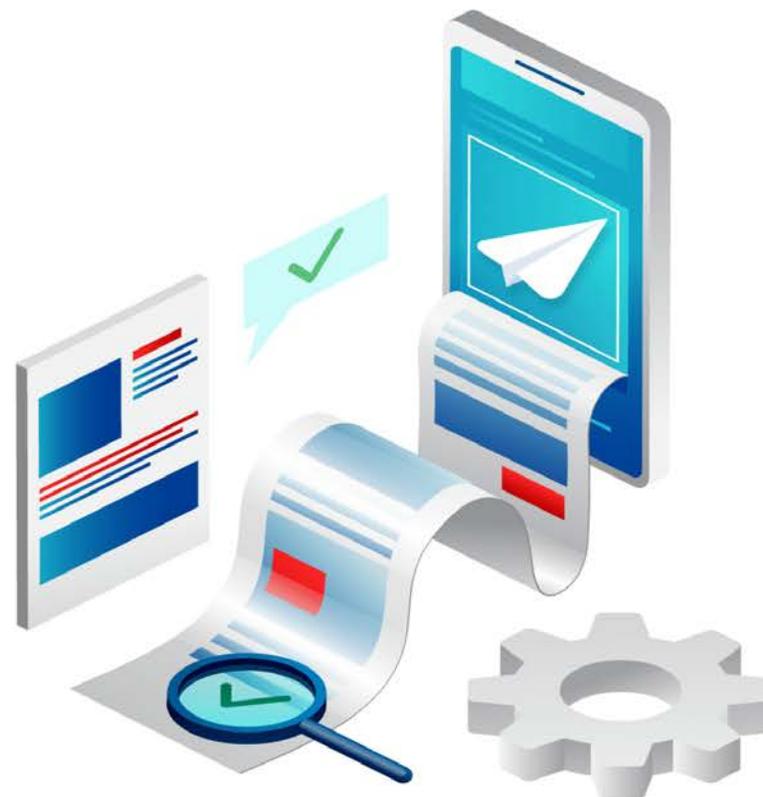
- Deputada **Ana Lucía Delgado Orozco** (Costa Rica)

Segunda Vice-Presidenta – América Central

- Deputada **Corina Cano Córdoba** (Panamá)

Vice-Presidenta - América do Sul

- Membro da Assembleia Nacional **Wilma Andrade Muñoz** (Equador)



Declaração

A sessão plenária do encontro (26 de março) foi encerrada com a leitura da [declaração](#). Entre os compromissos adotados pelas delegações parlamentares que participaram do encontro, estão:

- Reunir nossos governos, a mídia, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e empresas de tecnologia para acordar ações voltadas à preservação da integridade e transparência dos processos eleitorais dos nossos países, levando em conta estratégias cada vez mais sofisticadas da desinformação digital e propaganda computacional, em conformidade com padrões internacionais de liberdade de expressão, um direito fundamental nas sociedades democráticas.
- Promover colaboração internacional entre os governos da nossa região, particularmente entre o poder legislativo, de forma a permitir respostas coordenadas que incluam avanços recentes nas áreas de segurança cibernética e proteção de dados, tendo em vista a natureza globalizada e sistêmica da desinformação e os atores e plataformas envolvidos.
- Insistir na necessidade de promover debates e instaurar ou, designar, comitês legislativos dedicados ao combate do fenômeno da desinformação, aumentando a conscientização pública a respeito das suas consequências e desenvolvendo políticas e medidas legislativas para combatê-las.
- Reafirmar nosso dever de promover discurso político responsável em nossos parlamentos e interações virtuais e presenciais com o público, utilizando práticas de comunicação respeitadas, inclusivas e tolerantes que promovam diálogo construtivo e reconheçam o valor da pluralidade política nas nossas sociedades.



As agendas completas (15, 19, 26 de março) [comunicado de imprensa](#), [playlist](#) de vídeos, podcast da [apresentação principal](#) e [apresentações](#) dessa atividade estão disponíveis no site do ParlAmericas.

3ª Reunião da Rede de Funcionárias e Funcionários de Parlamento Aberto

#ParlAmericasOPN

TEMA: Inovação tecnológica, inteligência artificial e coletiva, segurança cibernética, desinformação

DATA: 22 de março de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de **90** parlamentares, funcionários e funcionárias parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil e de organizações multilaterais de **20** países.

ORGANIZADO EM PARCERIA COM:

Colaboração da Associação Parlamentar da Comunidade da Grã-Bretanha (CPA-UK) nos grupos de trabalho

ANFITRIÁ(O): Parlamento do Canadá



Essa atividade está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.

Esta reunião permitiu aos parlamentares e outras partes interessadas, analisar como a tecnologia e a inovação podem contribuir para a abertura legislativa e o fortalecimento parlamentar. Os tópicos discutidos, como I.A. e cibersegurança, foram analisados levando-se em consideração processos de modernização e transformação digital, tendo em vista os desafios causados pela desinformação atualmente enfrentados pelas instituições públicas.

Inovação Tecnológica nos Parlamentos

O painel de especialistas enfatizou a importância da publicação de informações legislativas, verificação de processos parlamentares antes da sua digitalização e da compreensão das necessidades dos usuários antes da transição para parlamentos digitais. Também abordaram o uso de ferramentas tecnológicas e plataformas on-line que possam contribuir para processos legislativos, bem como apoiar a comunicação com a cidadania e promover sua participação no trabalho parlamentar.

O painel ainda destacou que a proteção das informações parlamentares é essencial para prevenir ataques cibernéticos, preservar informações públicas e proteger legisladores, pessoas públicas que podem estar sujeitas a ataques cibernéticos.

Nessa transição em direção à digitalização dos parlamentos, as e os especialistas defenderam o uso da inteligência artificial e coletiva na produção e distribuição de dados desagregados para analisar as contribuições feitas por cidadãos e cidadãs por meio de plataformas virtuais, entre outras aplicações. Eles também reconheceram a importância de criar ferramentas e serviços de tecnologia da informação (TI) com critérios de ética e prestação de contas que limitem a discriminação, por exemplo, em ferramentas que façam uso de reconhecimento facial.

Grupos de Trabalho

As e os participantes foram divididos em grupos de trabalho para estimular uma discussão aprofundada a respeito de áreas temáticas distintas, com o objetivo de fortalecer a inovação tecnológica nos parlamentos e continuar a aumentar a eficiência do trabalho legislativo. A inovação tecnológica é essencial para a abertura legislativa, pois pode ser utilizada para tornar informações públicas transparentes, promover engajamento contínuo com a cidadania e assegurar uma prestação de contas efetiva a respeito do trabalho parlamentar.

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura:

- Senadora **Silvia Giacoppo** da Argentina, Membro do Conselho do ParlAmericas
- Sr. **Blair Armitage** (Canadá), Assistente Administrativo, Comitês, Senado

Painel sobre Inovação Tecnológica nos Parlamentos:

- Dr. **Tiago Carneiro Peixoto**, Especialista Sênior em Administração Pública, Prática Global de Governança, Banco Mundial
- Sra. **Maria Paz Hermosilla**, Diretora do Laboratório de Inovação Pública (GobLab), Escola de Governo, Universidade Adolfo Ibáñez, Chile
- Sr. **Diego Subero**, Consultor, Programa de Segurança Cibernética, Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Sr. **Chris Beall**, Líder de Políticas da Plataforma de Governança do Centro para Inovação em Governança Internacional.

Apresentação sobre o Centro de Dados Abertos:

- Sra. **Patricia Almeida** (Brasil), Coordenadora de Inovação e Estratégia Digital da Câmara dos Deputados e Coordenadora do Centro de Dados Abertos.

Depois que os grupos de trabalho abordaram temas relacionados à inovação parlamentar, a reunião foi encerrada.

Palavras de encerramento:

- Sr. **Luis Rojas** (Chile), Secretário Geral Adjunto da Câmara dos Deputados.

Grupos de trabalho sobre questões relacionadas à inovação parlamentar:**Grupo de Trabalho 1: Inteligência artificial em parlamentos**

- Moderador: Sr. **Soufiane Ben Moussa** (Canadá), Diretor de Tecnologia do Parlamento
- Sr. **Cristián Carrión** (Chile), Chefe Adjunto do Departamento de Tecnologias da Informação do Senado
- Sra. **Patricia Almeida** (Brasil), Coordenadora de Inovação e Estratégia Digital da Câmara dos Deputados

Grupo de Trabalho 2: Maximização de recursos para modernização do parlamento

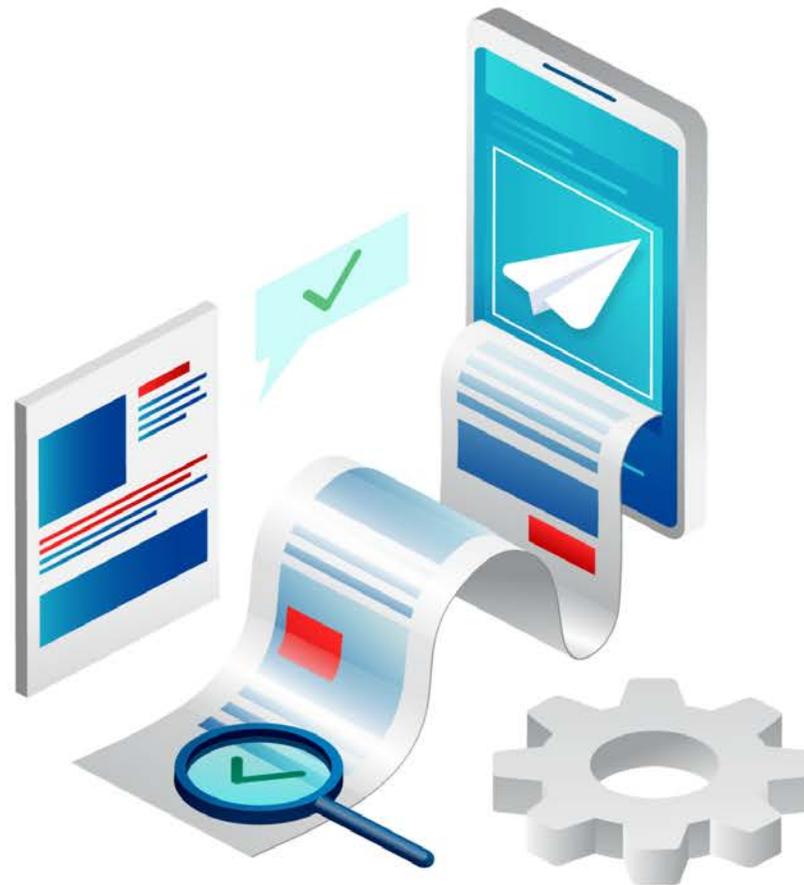
- Moderador: Sr. **Garreth Ferguson** (Trinidad e Tobago), Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação do Parlamento
- Sr. **Jonathan King** (Ilha de Man), Secretário Adjunto e Secretário do Conselho Legislativo de Tynwald

Grupo de Trabalho 3: Segurança cibernética nos parlamentos

- Moderadora: Sra. **Sonia Vezaro** (Argentina), Chefe de Diplomacia Parlamentar Multilateral da Câmara dos Deputados
- Sr. **Pablo Torrealba** (Chile), Assessor de Sistemas de Informação da Câmara dos Deputados

Grupo de Trabalho 4: Reuniões virtuais e transformação digital nos parlamentos

- Moderador: Sr. **Claudio Prieto** (Equador), Coordenador Geral de Tecnologia da Informação da Assembleia Nacional
- Sr. **Juan Manuel Cheppi** (Argentina), Secretário Geral da Câmara dos Deputados
- Sra. **Anabel Dávila** (Peru), Chefe do Departamento de Relatoria e Agenda do Congresso

**PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA INOVAÇÃO E TRANSIÇÃO EM DIREÇÃO À DIGITALIZAÇÃO DOS PARLAMENTOS:**

- Uso de inteligência artificial para promover engajamento entre parlamentos e a cidadania, bem como a coleta de dados para investigações parlamentares e apresentação e publicação de informações públicas.
- Uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) para fortalecer e aumentar a eficiência do trabalho legislativo e, oferecer apoio no caso de limitações de pessoal parlamentar.
- A incorporação de mecanismos de segurança cibernética é essencial para a proteção de dados privados, bem como das informações e conteúdos de instituições parlamentares.
- O intercâmbio de experiências e aprendizados dos parlamentos da Argentina, Equador e Peru, um ano após suas respectivas transições para o trabalho legislativo virtual, é importante e deve servir de orientação à medida que outros parlamentos adotam práticas semelhantes para a modernização de instituições parlamentares diante das necessidades atuais.



As [agendas completas](#), [comunicado de imprensa](#), e [apresentações](#) dessa atividade estão disponíveis no site do ParlAmericas.

Webinar: Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre Acesso à Informação Pública para os Parlamentos das Américas e do Caribe

#ParlAmericasOPN

TEMA: Transparência, acesso à informação

DATA: 7 de maio de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de **100** parlamentares, funcionárias e funcionários parlamentares, especialistas e representantes de órgãos garantidores das Américas e do Caribe.

ORGANIZADO EM PARCERIA COM:

Organização dos Estados Americanos (OEA), Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), e EUROSociAL+.



Essa atividade está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.

Essa reunião contou com uma apresentação sobre a nova Lei Modelo Interamericana 2.0 da OEA sobre Acesso à Informação Pública, e ofereceu um espaço para fortalecer a colaboração entre parlamentos e órgãos de fiscalização das Américas e do Caribe para tratar de questões de acesso à informação e transparência. A sessão foi baseada no entendimento de que estes são princípios democráticos fundamentais essenciais para alcançar a Agenda 2030.

Apresentação da Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre Acesso à Informação Pública

A apresentação da Lei modelo 2.0 abordou o seu histórico e o amplo processo de consulta desenvolvido para sua elaboração, além de seus principais conceitos e características e de alguns dos avanços mais importantes que introduz, incluindo, por exemplo, o princípio da transparência ativa e a recomendação de que o poder legislativo esteja obrigatoriamente sujeito à lei. A apresentação também abordou questões relacionadas ao acesso à informação no contexto das funções de controle político e, aspectos relativos ao projeto institucional que garante a autonomia e independência do órgão garantidor.

Painel Reflexões sobre Experiências Nacionais

O painel proporcionou um espaço para o intercâmbio de boas práticas nacionais sobre transparência e acesso à informação, para conhecer a estrutura institucional e as principais funções dos órgãos garantidores que operam em alguns países do hemisfério, e para promover a colaboração entre os órgãos garantidores e os parlamentos com o objetivo de fazer avançar a agenda de acesso à informação nas Américas e no Caribe.

Algumas das principais referências e documentos apresentados durante o encontro foram:

- [Lei modelo interamericana 2.0 sobre acesso à informação pública](#). Organização dos Estados Americanos - OEA, 2021.
- [Lei modelo interamericana sobre gestão documental](#). Organização dos Estados Americanos - OEA, 2021.
- [Guia de aplicação da lei modelo interamericana sobre gestão documental](#). Organização dos Estados Americanos - OEA, 2021.
- [Conjunto de ferramentas de transparência legislativa](#). ParlAmericas, EUROSociAL+ e Rede de Transparência e Acesso à Informação, 2020. (em espanhol)
- [A importância do controle político parlamentar durante a pandemia COVID-19](#). ParlAmericas, 2021.

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura de:

- Senadora **Bertha Alicia Caraveo Camarena** (México), Vice-Presidenta para a América do Norte da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas
- Sr. **Felice Zaccheo**, Chefe da Unidade México, América Central, Caribe e Programas Regionais, DG de Parcerias Internacionais, da Comissão Europeia
- Sr. **Gabriel Delpiazzo Antón**, Presidente da Rede de Transparência e Acesso à Informação

Apresentação da Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre Acesso à Informação Pública:

- Sr. **Dante Negro**, Diretor do Departamento de Direito Internacional da OEA

Painel Reflexões sobre as Experiências Nacionais:

- Moderadora: Sra. **María José Méndez**, Consultora da EUROSociAL+

Palestrantes:

- Sra. **Caroline Maynard**, Agente de Informação do Canadá
- Sra. **Gloria de la Fuente**, Presidenta do Conselho de Transparência do Chile
- Exmo. Senador **Ranard Eric Henfield** (Bahamas), Vice-Presidente para o Caribe da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Palavras de encerramento:

- Sr. **Borja Díaz Rivillas**, Responsável de Boa Governança, EUROSociAL+, FIIAPP
- Sr. **Adrián Alcalá Méndez**, Secretário Executivo da RTA
- Sra. **Ana Lucía Delgado** (Costa Rica), Vice-Presidenta para a América Central da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.

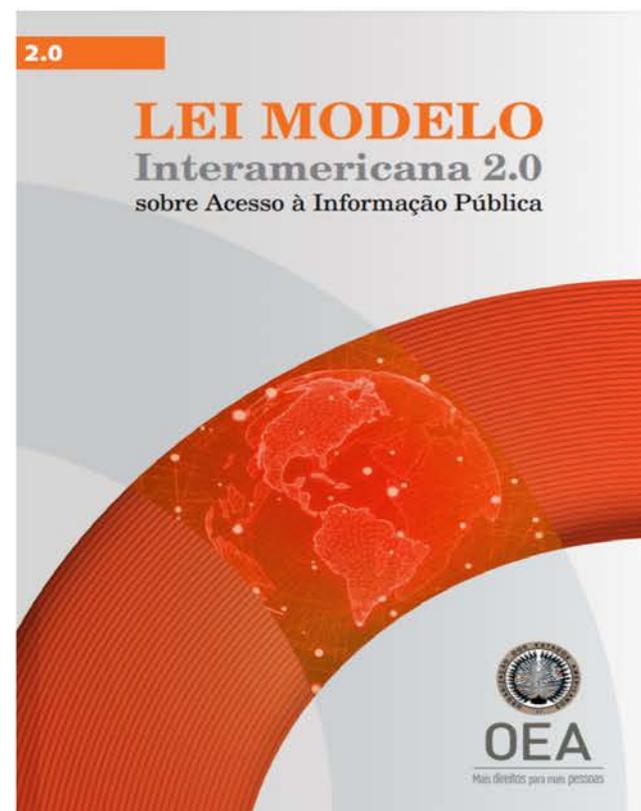
Sobre a Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre Acesso à Informação Pública da OEA

A Assembleia Geral da OEA aprovou a Lei modelo interamericana 2.0 sobre Acesso à Informação Pública em outubro de 2020, durante seu 50º período de sessões ordinárias.

O desenvolvimento da Lei incluiu um amplo processo de consulta com órgãos de supervisão, legisladores, acadêmicos, representantes da sociedade civil e outros atores sociais. O documento de oito capítulos aborda aspectos-chave da promoção do acesso à informação, tais como medidas para promover a abertura, o processo de solicitação de acesso à informação detida pelas autoridades públicas, regimes de exceção, recursos, as principais características e funções do órgão de supervisão e medidas de promoção e aplicação.

Vale notar que a Lei Modelo 2.0 é um dos primeiros instrumentos legais do Sistema Interamericano a incorporar uma perspectiva de gênero em sua concepção.

A Lei fornece aos Estados membros da OEA um quadro de referência de última geração que integra as mais importantes normas internacionais sobre transparência e acesso à informação pública.



PRINCIPAIS CONCLUSÕES:

- A transparência e o acesso à informação pública são princípios democráticos fundamentais na luta contra a corrupção, para incentivar a participação cidadã nos assuntos públicos e para promover a prestação de contas e o fortalecimento da gestão pública.
- O fortalecimento das estruturas legislativas para o acesso à informação é crucial para uma supervisão política parlamentar eficaz, particularmente durante situações de crise como a pandemia do COVID-19.
- Conforme os parlamentos adotem ou alterem os marcos legislativos para o acesso à informação, é crucial que os órgãos de supervisão tenham garantida a autonomia, independência e orçamento necessários para desempenhar suas funções de acordo com as normas contidas na Lei Modelo.
- O fortalecimento do acesso às práticas de informação, de acordo com as recomendações da Lei Modelo implica, entre outros aspectos, no avanço dos processos de modernização, tanto tecnológicos quanto arquivísticos, que melhoram a gestão e conservação dos documentos a fim de responder adequadamente aos direitos da cidadania.

As [agendas completas](#), [comunicado de imprensa](#), [podcast da apresentação da Lei](#) (em espanhol) e [apresentações](#) dessa atividade estão disponíveis no site do ParlAmericas.

Revisão e Atualização do Roteiro para a Abertura Legislativa

#ParlAmericasOPN #Roteiro

TEMA: Parlamento aberto, transparência, prestação de contas, participação cidadã, probidade, ética

DATA: Dezembro de 2020 a maio de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de **160** parlamentares, funcionárias/os de parlamentos e representantes da sociedade civil de **29** países

REALIZADO EM PARCERIA COM:
Associação Parlamentar da Commonwealth do Reino Unido e da Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa



Esta atividade está alinhada com o ODS16.

Pesquisa on-line

O processo de revisão começou com uma pesquisa on-line distribuída em dezembro de 2020, para recolher feedback sobre quais questões e aspectos deveriam ser incluídos na nova versão do Roteiro. Participaram representantes de parlamentos e da sociedade civil de 24 países.

Reuniões interparlamentares

Após a sistematização das contribuições recebidas, foram realizadas reuniões virtuais, a fim de trocar impressões mais específicas sobre as mudanças e atualizações a serem incluídas na nova versão, levando em conta as experiências e prioridades de trabalho em favor da abertura legislativa tanto das e dos representantes dos parlamentos, quanto das organizações da sociedade civil do hemisfério.

Entre as reuniões realizadas, destacam-se as seguintes:

- Sessão sobre o [programa para funcionárias e funcionários do Caribe](#), organizada pela Associação Parlamentar do Commonwealth-UK (CPA-UK) (14 de janeiro)
- [2ª Reunião da Rede de funcionárias e funcionários de Parlamento Aberto do ParlAmericas](#), da qual participaram 96 representantes das legislaturas de 16 países da América Latina (22 de janeiro)
- [Reunião de trabalho entre presidentas e presidentes dos parlamentos do Caribe sobre parlamento aberto](#), que reuniu 22 representantes de 10 países (19 de abril)
- [Reunião de cocriação entre parlamentares e representantes de organizações da sociedade civil](#), membros da Rede Latino-americana de Transparência Legislativa, com a participação de 18 representantes de 10 países (17 de maio)

O ParlAmericas realizou uma série de atividades solicitando contribuições para atualizar e expandir seu [Roteiro para a Abertura Legislativa](#). Publicado em 2016, este documento foi co-criado por legisladores e representantes da sociedade civil de todas as Américas e do Caribe, e seus pilares de transparência, prestação de contas, participação cidadã e ética, inspiraram e moldaram compromissos parlamentares e planos de ação de abertura parlamentar em níveis nacionais.

DESTAQUES DA AGENDA

Sessão sobre o programa para funcionárias e funcionários do Caribe:

- Sra. **Esmalene Cox-Jn Louis**, Secretária Adjunta do Parlamento (Santa Lúcia)
- Sr. **Eddie Webster**, Secretário da Assembleia Nacional (Belize)

2ª Reunião da Rede de funcionárias e funcionários de parlamento aberto do ParlAmericas:

- Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas
- Sr. **Waldir Bezerra Miranda** (Brasil), Secretário-Geral Adjunto da Mesa Diretora, Senado Federal
- Sra. **María Liz Sosa** (Paraguai), Diretora-Geral de Fortalecimento Legislativo e Cooperação Externa da Câmara de Senadores.
- Sr. **Juan Carlos Chavarría** (Costa Rica), Diretor do Departamento de Participação Cidadã da Assembleia Legislativa
- **Rocío Noriega** (Chile), Conselheira do Grupo Bicameral sobre Transparência do Congresso Nacional
- Sr. **Maurício Sarabia** (Equador), Coordenador-Geral de Planejamento da Assembleia Nacional

Reunião de trabalho entre presidentas e presidentes de parlamentos do Caribe:

- Exma. **Bridgid Annisette-George** (Trinidad e Tobago), Presidenta da Câmara de Representantes e vice-presidente do ParlAmericas
- Exmo. Senador **Ranard Eric Henfield** (Bahamas), Vice-Presidente para o Caribe da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Reunião de cocriação entre parlamentares e representantes da sociedade civil:

- **Javier Macaya** (Chile), Presidente da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas
- Senadora **Berta Caraveo** (México), Vice-Presidenta para a América do Norte da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas
- Congressista **Ana Lucía Delgado** (Costa Rica), Primeira Vice-Presidenta para a América Central da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.
- Deputada **Corina Cano** (Panamá), Segunda Vice-Presidenta para a América Central da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.

Próximos Passos

Após a sistematização das contribuições recebidas em cada uma das reuniões, uma versão preliminar on-line do novo Roteiro será disponibilizada para comentários adicionais. Em seguida, o Comitê Executivo da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas aprovará a versão final antes de seu lançamento oficial. A nova versão do Roteiro incluirá a definição atualizada de parlamento aberto, destacando o valor e a importância dos processos de cocriação, uma reorganização dos aspectos-chave dentro de cada pilar, e incorporará mais conceitos no glossário.

Da mesma forma, o [Índice de Transparência Legislativa](#), desenvolvido por organizações da sociedade civil que fazem parte da Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa, que vem medindo as políticas de abertura dos parlamentos por meio da avaliação de regulamentos, trabalho, orçamento, gestão administrativa, e participação cidadã desde 2011, lançará uma nova edição este ano com uma [metodologia renovada](#), apresentada em uma das reuniões do processo de revisão do Roteiro. O índice agora será alinhado com os pilares de parlamento aberto, a fim de cobrir uma gama mais ampla de questões.



PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA O ROTEIRO PARA A ABERTURA LEGISLATIVA

- Incorporar e destacar a cocriação como aspecto central do parlamento aberto e, promover seu fortalecimento em compromissos e planos de ação.
- A integração da inovação tecnológica como parte de cada um dos pilares de parlamento aberto, levando em conta os processos de transformação digital das legislaturas na transição para as sessões virtuais.
- Consolidar mecanismos de supervisão política do parlamento, incluindo o monitoramento transversal do progresso em questões nacionais prioritárias, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a luta contra a corrupção.
- Fortalecer espaços e mecanismos de participação cidadã inclusiva que levem em consideração a população em situações de vulnerabilidade.
- Adotar sistemas de integridade pública que garantam o cumprimento dos códigos de ética e leis de lobby, bem como fornecer apoio técnico aos parlamentares e funcionárias/os sobre essas questões.

As agendas e apresentações dessas atividades estão disponíveis em nossa [seção de trabalho do site ParlAmericas](#), e a versão atualizada do Roteiro será publicada na seção do [parlamento aberto](#).



MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REDE PARLAMENTAR SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO PARLAMERICAS



Prezados e Prezadas colegas,

Encerramos um ano que será decisivo no combate às mudanças climáticas. Os acordos assinados na COP26 reconhecem, de forma inequívoca, que o tempo está se

esgotando para mitigarmos os efeitos das mudanças climáticas e que cada nação precisa fazer mais para prevenir um aumento de temperatura catastrófico.

Ciente da necessidade de proporcionar a parlamentares das Américas e do Caribe espaços para o intercâmbio de práticas legislativas inovadoras pautadas em evidências científicas, a Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas (RPMC) desenvolveu uma série de atividades e publicações desenvolvidas para apoiar o trabalho legislativo sobre mudanças climáticas e o avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Gostaria de dar destaque especial ao 5o Encontro da RPMC, que se dedicou a explorar uma transição justa e inclusiva. Na ocasião, 190 participantes, entre eles parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil e de organizações da juventude de 29 países do hemisfério, discutiram a importância de assegurar que planos climáticos de curto e longo prazo sejam elaborados sob uma perspectiva interseccional e estejam em consonância com os objetivos do Acordo de Paris.

Também lançamos a publicação ParlaMentos e o Acordo de Paris, uma criação conjunta com a Fundação Westminster para a Democracia (WFD), o INTER PARES e a GLOBE International. A publicação compartilha uma série de boas práticas das Américas e do Caribe, bem como de outras regiões do mundo, com o objetivo de orientar e fortalecer o alinhamento entre os esforços climáticos em andamento em nossos parlamentos e os compromissos climáticos nacionais assumidos pelos governos.

A RPMC continuou a desenvolver um importante trabalho para promover a participação de parlamentares na COP26 e seus eventos paralelos. Um mecanismo de destaque para tal foi por meio da incorporação da RPMC, como membro fundador, ao grupo parlamentar da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CQNUMC), que é responsável pela coordenação da participação de parlamentos nesses espaços.

Um destaque final que gostaria de compartilhar é o projeto Impacto Legislativo Jovem, implementado juntamente com a Assembleia Nacional do Panamá. Por meio dessa iniciativa, jovens panamenhos contaram com o apoio do ParlAmericas e do Fórum Nacional de Mulheres em Partidos Políticos (FONAMUPP) para a concepção e redação de um projeto de lei de ecoturismo que aplica uma perspectiva de inclusão social. O projeto de lei foi posteriormente apresentado à Assembleia Nacional e constitui mais um exemplo de liderança e dedicação de jovens em esforços para promover desenvolvimento sustentável, reduzir a degradação do meio ambiente e promover crescimento econômico e social.

Estamos ansiosos para dar continuidade no próximo ano ao nosso compromisso de promover o intercâmbio de boas práticas legislativas, dar voz parlamentar para os principais eventos climáticos e compartilhar com os mais recentes avanços científicos e políticos no combate às mudanças climáticas.

Agradecemos o seu apoio em nossos esforços para enfrentar o maior desafio do nosso tempo: a crise climática e ambiental que afeta todos nós.

Cordialmente,

Honourable Rosa Galvez

**Senadora do Canadá
Presidenta da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas**

.....
 SIGA-ME NO TWITTER @SENROSAGALVEZ

5º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas

#ParlAmericasCC

TÍTULO: Enfrentando Desigualdades para Viabilizar a Ambição Climática: Uma Transição Justa para Alcançar o Acordo de Paris

TEMA: Ação climática e desenvolvimento sustentável

DATA: 4, 15 e 25 de junho de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de 190 parlamentares, funcionárias e funcionários de parlamentos, representantes da sociedade civil e do governo de 29 países

ANFITRIÃ(O): Parlamento da República de Trinidad e Tobago e Senado do México



Esta atividade está alinhada com os ODS 1, 4, 5, 8, 9, 10, 13 e 16.

O 5º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudança Climática (RPMC) consistiu em um diálogo interparlamentar com representantes da sociedade civil e da juventude, e uma sessão plenária. Essas reuniões permitiram aos participantes identificar estratégias legislativas para assegurar que planos climáticos de curto e longo prazo sejam desenvolvidos com uma perspectiva interseccional e em consonância com os objetivos do Acordo de Paris, entre eles a promoção de uma transição justa.

As sessões do encontro partiram do entendimento de que pessoas que enfrentam desigualdades são impactadas de forma diferente pela mudança climática, e, portanto, é essencial incorporar abordagens interseccionais, interculturais e sensíveis ao gênero em estratégias e legislações climáticas. Quando abordagens são desenvolvidas de forma inclusiva, sua implementação tem menor probabilidade de acarretar efeitos indesejáveis ou exacerbar desigualdades existentes.

O discurso de abertura do encontro estabeleceu a relação entre preservação da biodiversidade e redução da pobreza, e descreveu a urgência de aumentar a ambição de metas climáticas e assegurar que os respectivos planos sejam implementados prontamente. Ele enfatizou ainda o valor da governança climática e o papel que parlamentares e outras partes interessadas, além dos Ministérios do Meio Ambiente, desempenham.

Em todas as sessões, os e as participantes enfatizaram a importância de alcançar uma política climática com perspectiva de gênero; promover participação pública na tomada de decisões para prevenir conflitos ambientais e assegurar que a ação climática seja realizada de forma que respeite os direitos humanos; e criar trabalho digno e sustentável para todos, visando o alcance de uma transição justa.

Algumas das principais referências e documentos apresentados durante o encontro foram:

- [Parlamentos e o Acordo de Paris](#), versão preliminar da futura publicação do ParlAmericas e da Fundação Westminster para a Democracia (WFD)
- [Ação para o Empoderamento Climático \(ACE\)](#), CQNUMC
- [Declaração sobre Crianças, Jovens e a Ação Climática](#), UNICEF
- [Projeto de Lei para estabelecer uma nova meta para a Contribuição Nacionalmente Determinada de acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática \(CQNUMC\)](#), Brasil
- [Lei de Prestação de Contas para o Alcance de Zero Emissão Líquida](#), Canadá
- [Projeto de Lei para a criação de um Marco Legal sobre Mudança Climática](#), Chile

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura de:

- Exma. **Bridgid Annisette-George** (Trinidad e Tobago), Presidenta da Câmara dos Representantes, Vice-Presidenta do ParlAmericas
- Senadora **Nancy de la Sierra** (México)
- Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas
- Senadora **Yokymma Bethelmy** (Trinidad e Tobago)
- Senadora **Beatriz Paredes** (México)

Discurso principal por:

- Embaixador **Luis Alfonso de Alba**, enviado especial del secretario general de OEA para la Cumbre sobre el Clima 2019

Diálogos moderados por:

- Exma. Senadora **Rosa Galvez** (Canadá), Vice-Presidenta da RPMC para a América do Norte
- Membro da Assembleia Legislativa **Paola Vega** (Costa Rica), Vice-Presidenta da RPMC para a América Central
- Exma. **Carolyn Trench-Sandiford** (Belize), Presidenta do Senado

Apresentações de:

- Dr. **Enrico Botta**, Coordenador da Divisão de Crescimento Verde e Relações Globais, (OCDE)
- Sra. **Claudia de Windt**, Sócia Fundadora e Diretora Executiva do Instituto Interamericano de Justiça e Sustentabilidade
- Sra. **Samantha Smith**, Diretora, Centro de Transição Justa, Confederação Internacional de Sindicatos
- Sr. **Eduardo Uribe-Botero**, Diretor, Grupo Energia Bogota
- Sr. **Carlos Ruiz-Garvia**, Líder Regional do Centro de Colaboração Regional para a América Latina, CQNUMC
- Sr. **Vintura Silva**, Líder Regional do Centro de Colaboração Regional para o Caribe, CQNUMC
- Sr. **Rafael Jimenez Aybar**, Consultor de Democracia Ambiental da Fundação Westminster para a Democracia
- Senadora **Kátia Abreu** (Brasil)
- Deputado **Iván Flores** (Chile)

Discurso de encerramento de:

- Deputado **Marc Serré** (Canadá), membro do Conselho do ParlAmericas
- Membro da Assembleia Nacional **Maritza Espinales** (Nicaragua), Miembro del Consejo de ParlAmericas

Principais conclusões do diálogo interparlamentar (4 de junho)

1) Pessoas sujeitas a desigualdades devido a características demográficas diversas são impactadas de forma diferente pela mudança climática, fazendo com que seja essencial incorporar estratégias e legislações interseccionais. Isso ajudará a assegurar que elas sejam inclusivas e a evitar que sua implementação tenha efeitos indesejáveis que possam exacerbar tais desigualdades.

2) É necessário promover uma transformação dos padrões de produção e consumo atuais em direção a opções mais sustentáveis e socialmente justas, que favoreçam economias circulares e com baixa emissão de carbono. À medida que tecnologias sustentáveis surgem ou se popularizam, elas continuarão a consumir determinados recursos naturais. Desse modo, é importante, por exemplo, que os setores extrativistas adotem protocolos para uso eficiente de recursos e sustentabilidade.

3) Os benefícios de uma transição de economias dependentes de setores não sustentáveis para uma economia sustentável devem ser amplamente compartilhados, juntamente com soluções para dar apoio a países, regiões, comunidades, setores, e, principalmente, trabalhadores, tanto formais quanto informais, que serão impactados por essas transformações.

4) Uma transição justa não deve considerar apenas as necessidades daqueles que perderão o emprego, mas também o impacto que exercerá sobre comunidades dependentes de setores não sustentáveis, o que representará um desafio para as comunidades do hemisfério que dependem de setores extrativistas.

5) É importante que perspectivas regionais e locais sejam levadas em conta ao desenvolver legislação ou fiscalizar políticas, de forma a reconhecer as particularidades socioeconômicas e culturais de cada contexto, o que, em determinados casos, pode requerer soluções descentralizadas.

6) Uma transição justa requererá o fortalecimento de políticas de bem-estar social para dar apoio às pessoas que serão impactadas por essas transformações em direção a economias sustentáveis.

7) Perspectivas de gênero devem ser integradas à elaboração de políticas e legislação para dar apoio a uma

transição justa e medidas para incentivar a participação das mulheres em novos empregos sustentáveis, promovendo, por exemplo, sua educação nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, sigla em inglês).

8) Também será essencial elevar os padrões trabalhistas de empregos em que as mulheres predominam, tais como os relacionados à economia do cuidado, haja vista que iniciativas para apoiar o desenvolvimento sustentável devem visar à melhoria do padrão de vida de todos, não somente daqueles envolvidos com setores ambientalmente sensíveis.

9) Um dos mecanismos essenciais para assegurar uma transição justa e inclusiva é estabelecer um diálogo social entre governos, o setor privado, trabalhadores e povos indígenas, quando aplicável, com base no reconhecimento dos direitos humanos e trabalhistas. Os e as parlamentares podem facilitar esse diálogo por meio do processo legislativo, instando seus governos a fazê-lo à medida que desenvolvem planos e legislações climáticos.

10) Os e as parlamentares desempenham um papel no monitoramento da implementação de compromissos climáticos internacionais assumidos por seus governos; por exemplo, defendendo maior ambição climática em Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) e assegurando que elas incluam disposições para dar respaldo a uma transição justa, sejam sensíveis ao gênero e abordem as necessidades de populações vulneráveis.

Principais conclusões do diálogo parlamentar com representantes da sociedade civil e da juventude (15 de junho), organizado com o apoio da CQNUMC Regional e da UNICEF para a América Latina e o Caribe

1) O empoderamento do público é fundamental para a ação climática, conforme sustentado pelo conceito da Ação para Empoderamento Climático (ACE, sigla em inglês), que se refere ao Artigo 6 da CQNUMC e ao Artigo 12 do Acordo de Paris para educar e capacitar todos os membros da sociedade a reforçarem seu compromisso com a ação climática,

por meio do fortalecimento de políticas públicas nas áreas de educação, treinamento, conscientização pública, acesso público à informação e cooperação internacional.

2) Planos climáticos precisam incluir pessoas com deficiências; uma dimensão frequentemente negligenciada quando se trata de ação climática inclusiva.

3) Abordagens de gênero devem ser integradas a planos e legislações climáticos, tal como a oferta de acesso a saúde sexual e reprodutiva no contexto de eventos climáticos extremos.

4) A educação ambiental deve ser incorporada e/ou fortalecida na legislação da área da educação, bem como no currículo nacional ou regional do ensino fundamental e médio.

5) Sessões de capacitação sobre questões climáticas e ambientais constituem ferramentas valiosas para aumentar a eficiência do trabalho de representação da cidadania realizado por parlamentares no que tange essas questões e para promover o avanço dessa agenda.

6) Governo aberto, acesso à informação e transparência no contexto do combate aos efeitos da mudança climática é essencial para recuperar a confiança do povo nas instituições políticas e, orientá-lo melhor a respeito de questões ambientais que o país esteja enfrentando e a forma pela qual o governo está lidando com elas.

7) Espaços para jovens participarem de processos de tomada de decisão relacionados a questões climáticas devem ser oferecidos sistematicamente, nos quais seus pontos de vista sejam ouvidos atentamente e incorporados. A [Declaração sobre Crianças, Jovens e a Ação Climática](#) promove e reconhece a capacidade de atuação e liderança de crianças e jovens no tocante à mudança climática.



Exma. BRIDGID ANNISSETTE-GEORGE (Trinidad e Tobago), Presidenta da Câmara dos Representantes, Vice-Presidenta do ParlAmericas e coanfitriã do encontro

Conforme somos obrigados a avançar em direção a modelos de produção e consumo que favoreçam economias resilientes e com baixa emissão de carbono, convido os e as colegas a promover espaços democráticos e inclusivos para nossos cidadãos e cidadãs participarem das discussões e decisões para essa mudança de rumo.



Exmo. EDUARDO RAMÍREZ (México), Presidente do Senado e coanfitrião do encontro

A luta urgente contra os efeitos da mudança climática requer que nós, legisladores, incorporem abordagens com perspectiva de interseccionalidade e gênero em nosso trabalho parlamentar [...] de modo a assegurar que planos climáticos e processos de transição justa em direção a economias resilientes e com zero emissão de carbono atendam às suas necessidades e não exacerbem desigualdades existentes.



Senadora BLANCA OVELAR (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas

Temos promovido espaços para um diálogo com organizações da sociedade civil, de modo especial organizações ambientais e lideradas por jovens, sob o entendimento de que a participação cidadã é primordial para o desenvolvimento de políticas e planos climáticos que atendam às necessidades da população, sobretudo de grupos historicamente marginalizados.



Exma. Senadora ROSA GALVEZ (Canadá), Próxima Presidenta da RPMC

Nossa defesa e adaptação diante da mudança climática está diretamente ligada aos dois outros pilares do ParlAmericas: a abertura parlamentar e a igualdade de gênero. Conforme cada governo do mundo aumenta sua ambição climática e promete bilhões de dólares para o financiamento de soluções climáticas, precisamos, mais do que nunca, de transparência, prestação de contas e gestão adequada.



Exmo. Embaixador LUIS ALFONSO DE ALBA, Enviado Especial da Secretaria Geral da ONU para a Cúpula de Ação Climática de 2019

Os e as parlamentares têm um espaço limitado para participar das Conferências das Partes (COPs) e isso é algo que precisa ser revisto; deve-se permitir que os e as parlamentares desempenhem um papel mais incisivo no processo de tomada de decisão do que eles possuem atualmente. A respeito da transformação do modelo de desenvolvimento, não enxergo uma única questão parlamentar que não seja relevante no combate à mudança climática.

Executivo da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas

Após as eleições realizadas durante a sessão plenária do encontro, o Comitê Executivo da RPMC passou a ter a seguinte composição:

Presidenta

- Exma. **Rosa Galvez**, Senadora (Canadá)

Vice-Presidente - América do Norte

- Senador **Raúl Bolaños-Cacho Cué** (México)

Vice-Presidente - Caribe

- Senador **Anthony Vieira** (Trinidad e Tobago)

Vice-Presidenta - América Central

- Membro da Assembleia Nacional **Paola Vega Rodríguez** (Costa Rica)

Primeiro Vice-Presidente - América do Sul

- Membro da Assembleia Nacional **Luis Bruno Segovia Mejía** (Equador)

Segundo Vice-Presidente - América do Sul

- Membro da Assembleia Nacional **Radjendrekoeemar Debie** (Suriname)



Declaração

A sessão plenária do encontro (25 de junho) foi encerrada com a leitura da [declaração](#). Entre os compromissos adotados pelas delegações parlamentares que participaram do encontro, estão:

- Assegurar acompanhamento e supervisão política do desenvolvimento e implementação de compromissos vinculantes assumidos por nossos governos no âmbito do Acordo de Paris e por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas, assegurando que eles disponham da alocação orçamentária necessária e que sejam ambiciosos, desenvolvidos de forma participativa, incluam planos de transição justa e levem em consideração os impactos sobre diferentes grupos populacionais.
- Incorporar abordagens interseccionais, intergeracional, interculturais e de gênero em nosso trabalho legislativo, a fim de assegurar que políticas e planos ambientais e climáticos sejam inclusivos e lidem com as diversas desigualdades que afetam as populações mais vulneráveis, imbuídos do espírito da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás, assegurando que os custos e benefícios associados às políticas sejam compartilhados igualmente.
- Promover a implementação da abordagem Ação para o Empoderamento Climático, promovendo a criação de espaços para a participação cidadã na discussão de questões relacionadas ao combate aos efeitos da mudança climática, garantindo estruturas legais para acesso a informações sobre o tema e instando nossos governos a fortalecerem a educação e a conscientização pública sobre mudanças climáticas e seus efeitos.
- Promover a integração de perspectivas de gênero e direitos humanos a planos climáticos e, incluir estratégias de transição justa que contenham medidas para elevar padrões trabalhistas de empregos onde haja maior representação de mulheres, tais como os do setor de cuidado.



As agendas completas (4, 15, 25 de junho) [comunicado de imprensa](#), [playlist](#) de vídeos, podcast do [diálogo interparlamentar](#) e da [apresentação principal](#) e [apresentações](#) dessa atividade estão disponíveis no site do ParlAmericas.

Programa Impacto Legislativo Jovem do Panamá: Construindo uma cidadania ativa

#ParlAmericasGEN

TEMAS: Participação cidadã, liderança política das e dos jovens, igualdade de gênero, inclusão, interseccionalidade, sustentabilidade ambiental

DATA: 9 de junho a 15 de setembro de 2021

LUGAR: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de **45** jovens mulheres do Panamá, ex-deputadas e ex-deputados da Assembleia Juvenil e graduadas do programa de liderança *Brújula Mujer*

COORGANIZADORES: ParlAmericas, Foro Nacional de Mulheres de Partidos Políticos do Panamá (FONAMUPP) e a Direção Nacional para a Promoção da Participação Cidadã da Assembleia Nacional do Panamá



Esta atividade está alinhada com os ODS: 5, 8, 10, 12, 16

CONCEITOS PRINCIPAIS

Iniciativa cidadã: A iniciativa cidadã é um mecanismo de participação política que permite às e aos cidadãos do Panamá apresentar uma proposta de lei à Assembleia Nacional para ser avaliada pelo pessoal técnico e apresentada a uma comissão legislativa.

Perspectiva de gênero na tomada de decisão: Ao longo do programa, a liderança eficaz e inclusiva foi definida como uma liderança que leva em conta as perspectivas de gênero na tomada de decisões. Esta abordagem ajuda a garantir que as leis e políticas possam responder às experiências únicas das mulheres, recorrendo a uma gama mais ampla de perspectivas e vozes para orientar o seu desenvolvimento e aumentar a sua eficácia.

O programa Impacto Legislativo Jovem capacitou mais de 45 jovens do Panamá para exercer lideranças políticas inclusivas e concluiu com a formulação e apresentação de uma iniciativa cidadã que incorpora os princípios de igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental e interseccionalidade. Este programa unifica os três pilares programáticos do ParlAmericas: igualdade de gênero, ação climática e abertura legislativa, por meio da promoção da participação cidadã de jovens líderes.

Na primeira fase, as e os jovens participaram em três webinars interativos realizados nos dias 9, 16 e 23 de junho, aprendendo com parlamentares, organizações da sociedade civil e especialistas. Na segunda fase, as e os jovens trabalharam coletivamente no desenvolvimento de uma iniciativa cidadã para regular o ecoturismo no Panamá, incorporando o que aprenderam na primeira fase. A iniciativa cidadã, que foi apresentada à Assembleia Nacional em 15 de setembro de 2021, no Dia Internacional da Democracia, envolve comunidades locais, povos indígenas, jovens e mulheres no desenvolvimento do ecoturismo, com o objetivo de contribuir para uma recuperação pós-pandêmica inclusiva no Panamá.

Abaixo estão os recursos desenvolvidos durante o programa:

- [Relatório gráfico, "Liderança eficaz e inclusiva para o meio ambiente"](#). Amazink!, 2021
- [Relatório gráfico, "Interseccionalidade na tomada de decisões"](#). Amazink!, 2021
- [Relatório gráfico, "Iniciativa cidadã sobre ecoturismo"](#). Amazink!, 2021
- [A Sensibilidade de Gênero na Legislação](#). ParlAmericas, 2021
- [Exercício de Interseccionalidade: Caminhada do Privilégio](#). ParlAmericas, 2021
- [Instruções para o workshop sobre análise de legislação fictícia](#). ParlAmericas, 2021.

DESTAQUES DA AGENDA

Primeiro Webinar, "Liderança Eficaz" (9 de junho)

- Exmo. Deputado **Fernando Arce** (Panamá), membro do Conselho do ParlAmericas
- Dra. **Juana Herrera**, Presidenta da FONAMUPP
- **Jan Icaza**, Unidade de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Panamá.
- **Ana Belén Marín**, Política e ex-membro da Assembleia Nacional (Equador)
- Deputado **José Horacio Rodríguez** (República Dominicana)
- **Laura Duhignidili Huertas**, ativista pelos direitos indígena e pelo meio ambiente
- Exma. Deputada **Corina Cano** (Panamá), Segunda Vice-Presidenta para a América Central da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Segundo Webinar, "Interseccionalidade na tomada de decisões" (16 de junho)

- Exma. Deputada **Petita Ayarza** (Panamá)
- **Jan Icaza**, Unidade de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Panamá.
- **Rosina Pérez**, Coordenadora de Projeto no PNUD - Panamá
- Deputada **Andrea Villagrán** (Guatemala)

Terceiro Webinar, "Workshop de análise de políticas públicas" (23 de junho)

- Exma. Deputado **Juan Diego Vásquez** (Panamá)
- Exma. Deputada **Emelie García Miró** (Panamá)



Exmo. Deputado Fernando Arce (Panamá), membro do Conselho do ParlAmericas

“Esta iniciativa de participação cidadã nasceu com a ideia de contribuir para a formação de jovens líderes; para que eles possam contribuir com suas diversas experiências e talentos, para a realização do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Panamá, seja no âmbito político ou na sociedade civil do nosso país.”



Exma. Deputada Petita Ayarza (Panamá)

“Toda decisão política deve ser baseada no reconhecimento da diversidade das experiências de vida das pessoas. Especificamente, a forma diferenciada com que as pessoas têm acesso às oportunidades, devido a fatores que fazem parte de sua identidade.”

Intercâmbio com parlamentares e especialistas nacionais e internacionais

O programa proporcionou uma oportunidade para o intercâmbio de experiências entre os jovens e especialistas nacionais e internacionais:

- No webinar de 16 de junho, foi realizada uma conversação com a deputada **Andrea Villagrán** (Guatemala) sobre estratégias para promover a liderança das mulheres na política.
- Na reunião de 14 de julho, **Luis Escobar e Víctor Morales**, assessores jurídicos da Direção Nacional de Promoção para a Participação Cidadã, realizaram um workshop de formação de jovens para a formulação e apresentação de uma iniciativa cidadã.
- Na reunião de 18 de agosto, a deputada **Paola Vega** (Costa Rica) compartilhou suas experiências parlamentares com a legislação ambiental, oferecendo feedback e boas práticas que as e os jovens incorporaram ao desenvolvimento da iniciativa cidadã.
- As e os jovens conversaram com líderes indígenas como **Laura Duhuignidili Huertas**, ativista dos direitos da mulher e do meio ambiente, e **Sara Omi Casamá**, advogada e representante da comarca Emberá-Wounaan.

Formulação e apresentação de uma iniciativa cidadã sobre ecoturismo

Vinte e três participantes da primeira fase se comprometeram a trabalhar em conjunto na formulação e apresentação de uma iniciativa cidadã sobre ecoturismo. Com o apoio de **Ana Gilza Córdoba**, assessora de políticas para este projeto, as e os jovens realizaram cinco sessões de trabalho entre julho e setembro de 2021, modelando boas práticas legislativas, tais como consultas às partes interessadas, pesquisa e uso de dados de qualidade e construção de consenso por meio do diálogo, utilizando ferramentas digitais inovadoras para o intercâmbio de ideias.

Por meio de um exercício de definição de prioridades, os jovens definiram quatro prioridades na elaboração da iniciativa cidadã sobre ecoturismo:

- Igualdade, gênero e comunidades
- Educação ambiental abrangente
- Sustentabilidade e proteção ambiental
- Governança e parcerias

DESTAQUES DAS REUNIÕES

Reunião, "Estratégias para o processo legislativo" (14 de julho)

- **Luis Escobar e Víctor Morales**, Assessores Jurídicos da Direção Nacional de Promoção para a Participação Cidadã do Panamá
- **Samantha Arosemena**, Assessora da Comissão de População, Ambiente e Desenvolvimento da Assembleia Nacional do Panamá
- **Michelle Caballero**, Especialista em áreas protegidas, Ministério do Meio Ambiente do Panamá.
- **Diwigdi Valiente**, Ativista Indígena especialista em turismo sustentável
- **Libertad Arosemena**, Diretora da Fundação *Abriendo Camino, Forjando Futuro*

Reunião, "Consultas com especialistas para a formulação da iniciativa cidadã" (18 de agosto)

- Deputada **Paola Vega** (Costa Rica), Vice-Presidenta para a América Central da Rede Parlamentar sobre Mudança Climática do ParlAmericas
- **Aída Michelle Maduro**, Gerente na SUCASA-PANEXPORT
- **Sara Omi Casamá**, Comarca Emberá-Wounaan

Impacto Legislativo Joven: Construyendo una Ciudadanía Activa

ANTEPROYECTO DE LEY
"Por la cual se dictan disposiciones para el desarrollo inclusivo y sostenible del Ecoturismo en la República de Panamá"



Panamá, 15 de septiembre de 2021

Depois de estabelecer essas prioridades coletivas, dividiram-se em quatro grupos de trabalho para pesquisar, discutir e apresentar propostas na área prioritária correspondente, que foram então apresentadas a todo o grupo e avaliadas sob critérios como viabilidade e nível de impacto. A versão final da iniciativa cidadã reflete estas prioridades e propostas nas seguintes disposições:

- Estabelece a inclusão, a sustentabilidade ambiental, a mobilidade social, a diversidade étnica e cultural, a parceria público-privada e a perspectiva de gênero como seus princípios norteadores;
- Incorporar o ecoturismo na educação formal e informal, incluindo o ensino de recursos baseados no conhecimento tradicional indígena;
- Propõe-se estabelecer uma formação para promover a profissionalização e aumentar a competitividade do ecoturismo no Panamá, com enfoque nas mulheres e nas pessoas em condições vulneráveis;
- Incentiva a participação das comunidades que oferecem serviços turísticos no planejamento, implementação e promoção do ecoturismo;
- Sugere a criação de um certificado de qualidade turística para pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços de ecoturismo, incorporando considerações de inclusão, igualdade de gênero e desenvolvimento comunitário.

A iniciativa cidadã foi apresentada pelas e pelos jovens à Direção Nacional de Promoção para a Participação Cidadã da Assembleia Nacional do Panamá no dia 15 de setembro, no marco do Dia Internacional da Democracia. A Direção de Assessoria Legal da Assembleia Nacional deliberou a viabilidade da iniciativa cidadã em 25 de outubro de 2021, e está agora em vias de tornar-se um anteprojeto de lei. A versão final da iniciativa cidadã pode ser [encontrada aqui](#).

Intervenções na mídia

No âmbito da apresentação da iniciativa cidadã, as e os jovens participaram em várias entrevistas nos meios de comunicação do Panamá, incluindo programas de rádio e televisão. Em suas intervenções, destacaram a importância da participação das e dos jovens na democracia, a necessidade de envolver a perspectiva de gênero e a inclusão em leis e políticas públicas, e os objetivos da iniciativa cidadã ecoturística, que busca promover benefícios sociais e econômicos para pessoas em condições vulneráveis.

Jonathan Pimentel, participante do programa

"Com esta iniciativa de lei, queremos enfatizar a importância da juventude, fazendo propostas específicas que ajudem no engrandecimento do nosso país. Hoje estamos fazendo democracia."

Marinés Tapiero, participante do programa

"É importante que as leis sejam fortalecidas para que os esforços das mulheres sejam visualizados nestes setores onde as atividades turísticas são praticadas."

Isabel Marín, participante do programa

"Queríamos apresentar uma iniciativa de lei que protegesse e conservasse o meio ambiente, ao mesmo tempo que contribuísse para a sustentabilidade de todas as pessoas que vivem do turismo, seja porque vivem na área protegida, seja porque se dedicam frequentemente a este tipo de atividade."





Delegação Parlamentar da COP26

#ParlAmericasCC #COP26

TÍTULO: 26a sessão da Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC)

TEMA: Juntos pelo nosso Planeta

DATAS: 31 de outubro a 13 de novembro

LOCALIZAÇÃO: Glasgow, Escócia, Reino Unido

ANFITRIÁ(O): Governo da Escócia e do Reino Unido em parceria com o Governo da Itália



Esta atividade está alinhada com os ODS 1, 4, 5, 8, 10, 13, e 16.

A COP26 deste ano da CQNUMC reuniu negociadores, representantes do governo, parlamentares e representantes da sociedade civil e do setor privado, bem como organizações observadoras oficiais, como o ParlAmericas, sob a presidência do Reino Unido em parceria com a Itália, para gerar compromissos de ação climática mais ambiciosos e inclusivos visando alcançar o Acordo de Paris. ParlAmericas foi representado pela Exma. Senadora **Rosa Galvez** (Canadá), Presidenta da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas

do ParlAmericas (RPMC) e, pelo Exmo. Senador **Raúl Bolaños-Cacho Cué** (México), Vice-Presidente da RPMC para a América do Norte, que também participou na capacidade de membro da delegação do México.

A Senadora Galvez participou da Cúpula dos Legisladores, reunião que ocorreu às margens da COP26, organizada pela GLOBE e pelo Parlamento da Escócia, que consiste em um encontro para facilitar o intercâmbio de inovações e práticas parlamentares entre legisladores de todo o mundo, realizado de forma híbrida nos dias 5 a 6 de novembro de 2021, na cidade de Edinburgh, Reino Unido (gravações do [dia 1](#) e [dia 2](#)). Como parte de sua participação, a Senadora falou no painel, juntamente com o Dr. Marcelo Carvalho de Andrade, Fundador da ProNatural e Cofundador da *Earth Capital* (global), e o Professor Dan Etsy da Universidade de Yale, a respeito das realidades financeiras para o alcance de emissão líquida zero de carbono, investimentos em adaptação às mudanças climáticas e, reparação de perdas e danos, tendo em vista a recuperação e endividamento causados pela pandemia do COVID-19. A Senadora discutiu a necessidade de garantir que as empresas e os investidores se alinhem e apoiem o cumprimento dos compromissos climáticos, por meio da inovação legislativa no financiamento climático.

Ela também [apresentou](#) sua opinião de especialista sobre mudança climática e recuperação limpa na Reunião Parlamentar da União Interparlamentar COP26, informada pelas principais conclusões de seu livro intitulado [Construindo um futuro melhor: Uma recuperação limpa e justa da pandemia do COVID-19](#).

Durante a 4ª sessão da Série de Webinars Parlamentares, hospedada por GLOBE International, Durante a 4ª sessão da

Série de Webinars Parlamentares, hospedada por GLOBE International, Senadora Galvez apresentou ainda o recurso interativo do ParlAmericas [Meio ambiente e sustentabilidade: Mapeando as estratégias e planos das Américas e do Caribe](#).

O Senador Bolaños, por sua vez, realizou várias reuniões bilaterais com especialistas em assuntos sobre mudanças climáticas, com quem compartilhou as reformas aprovadas pelo Senado do México para elevar o cuidado do meio ambiente a um posto constitucional e, a [Lei da Economia Circular](#), uma área temática fundamental para o ParlAmericas desde a realização da [17ª Assembleia Plenária: A Caminho de uma Economia Circular](#).

Por fim, o ParlAmericas teve o prazer de ser membro fundador do grupo parlamentar da CQNUMC, que visa promover o fortalecimento da participação parlamentar no processo da COP e nas reuniões da CQNUMC.

Entre as principais referências e recursos compartilhados pelo ParlAmericas durante a COP estavam:

- [Sumário Executivo: Os parlamentos e o Acordo de Paris](#)
- [Meio ambiente e sustentabilidade: Mapeando as estratégias e planos das Américas e do Caribe](#)
- [1o boletim informativo da COP26 do ParlAmericas:](#) Capacitando a ação parlamentar virtual e presencial durante a COP26
- [2o boletim informativo da COP26 do ParlAmericas:](#) Promovendo a Ação Parlamentar Pós-COP26

PONTOS DE AÇÃO-CHAVE PARA AS E OS PARLAMENTARES APÓS A COP26

A COP26 foi encerrada com a adoção do [Pacto Climático de Glasgow](#), bem como vários outros [resultados de alto nível](#) (resumidos no [2o boletim informativo da COP26 do ParlAmericas](#)). A mensagem principal era clara: **para combater as mudanças climáticas, e salvar o mundo de impactos catastróficos, as palavras devem ser postas em ação.**

Legisladores, como representantes de diversas comunidades, são atores-chave que podem garantir que os compromissos climáticos assumidos na COP26 pelo Poder Executivo sejam cumpridos. **A seguir, algumas ações legislativas recomendadas que podem ser colocadas em prática após a COP26:**

- Verifique se seu país apresentou uma contribuição nacionalmente determinada atualizada, estratégia climática de longo prazo e Plano Nacional de Adaptação, se eles são compatíveis com as metas do Acordo de Paris, e como estes contribuem para o cumprimento das prioridades nacionais de desenvolvimento.
 - Consulte o [repositório](#) do ParlAmericas para ver se seu país tem um plano em vigor sobre esses temas, bem como outras questões ambientais.
- Solicite que as e os funcionárias/os do governo, a equipe nacional de negociação e/ou a delegação parlamentar à COP26 apresentem os compromissos assumidos na COP26 às comissões competentes (ou seja, responsáveis por questões ambientais, finanças, gênero, entre outros), lembrando que as mudanças climáticas não podem ser tratadas efetivamente em silos.
- Realizar audiências públicas para reunir informações e reflexões de especialistas e representantes da sociedade civil sobre os compromissos com as mudanças climáticas.
- Solicitar relatórios de progresso sobre a implementação de compromissos ambientais e climáticos assumidos na COP26, considerando:
 - criação de um grupo de trabalho para acompanhar os compromissos climáticos assumidos na COP;
 - atribuindo às comissões parlamentares relevantes a responsabilidade de acompanhar os compromissos; e/ou
 - organizar reuniões periódicas com a comissão parlamentar e ministério responsáveis para acompanhar a implementação das políticas necessárias ao cumprimento do acordado no âmbito da COP26.
- Examine como os compromissos assumidos na COP26 podem ser cimentados e promovidos por meio de legislação existente ou, nova, e alocação orçamentária adequada.
- Examine como os compromissos assumidos na COP26 podem ser integrados ao plano de recuperação pós-COVID19 do país.
- Em preparação para a COP27, no Egito, trabalhe na criação de mecanismos para promover e facilitar o envolvimento parlamentar. Considere trabalhar no âmbito do grupo de trabalho ou comitê designado para contribuir de forma colaborativa para a posição nacional que será levada à COP27, por exemplo, mantendo espaços de trabalho entre negociadores e legisladores.

Para mais orientações sobre como você pode ajudar a apoiar a implementação do Acordo de Paris e compromissos ambientais, consulte o [sumário executivo](#) da publicação *Parlamentos e do Acordo de Paris*.



Meio ambiente e sustentabilidade: Mapeamento de estratégias e planos nas Américas e no Caribe

Os parlamentares são atores críticos no desenvolvimento, implementação e monitoramento dos objetivos ambientais e climáticos de seu país, e que requerem ação legislativa, alocação orçamentária e supervisão do Poder Legislativo para responsabilizar o governo, bem como promover uma governança ambiental forte. Para apoiar essas funções importantes, este recurso mapeia as estratégias e planos adotados pelos Governos das Américas e do Caribe para abordar temas específicos de meio ambiente e mudanças climáticas. Além disso, tem como objetivo compilar e sistematizar as informações em um único local para melhorar a acessibilidade, bem como familiarizar ainda mais os parlamentares com os planos de ação e iniciativas que estão sendo empreendidos por seus Poderes Executivo, e identificar progressos e possíveis lacunas.

Para acessar a descrição dos compromissos internacionais e boas práticas mapeadas, bem como a metodologia utilizada para compilar essas informações, consulte o seguinte documento:

→ [Metodologia e documento de descrição](#)

Esta ferramenta pode ser utilizada em conjunto com a publicação, "Os Parlamentos e o Acordo de Paris," que oferece conselhos sobre como os parlamentos podem fortalecer o alinhamento dos esforços de supervisão, legislativa e orçamentária para apoiar esses planos e estratégias, incluindo o fornecimento de exemplos de boas práticas e questões-chave de orientação que as e os parlamentares podem usar para realizar este trabalho.

→ [Publicação: Os Parlamentos e o Acordo de Paris](#)

Caso você identifique um plano ou estratégia não listado nesta publicação, solicitamos que, por favor, entre em contato conosco pelo e-mail parlamerica@parlAmericas.org para que possamos atualizar esta ferramenta.

Selecione o país:

Antigua e Barbuda

Primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) apresentada

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada enviada

Primeira NDC apresentada	NDC atualizada apresentada

Os Parlamentos e o Acordo de Paris



Fortalecendo o envolvimento parlamentar no desenvolvimento e implementação de compromissos climáticos internacionais. Uma visão geral sobre a experiência global emergente.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A medida que não param de surgir sinais de alerta indicando a necessidade urgente de mudança, a presente publicação, *Os Parlamentos e o Acordo de Paris*, tem como objetivo destacar o papel importante das e dos parlamentares na promoção do avanço de soluções à crise climática e na convergência de ações positivas em longo prazo para evitar impactos internacionais e sua implementação no âmbito nacional, que não se limita a ciclos eleitorais. O relatório sobre *Clima: Força* do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado em agosto de 2021 e chamado pelas Nações Unidas de relatório de "Nota Vermelha", trouxe um alerta ainda mais grave ao confirmar a urgência disseminada e cada vez mais intensa dos impactos climáticos, bem como a necessidade de reduções rápidas e de larga escala das emissões de gases de efeito estufa para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C.

O relatório oferece uma contextualização sobre o Acordo de Paris e seus diversos componentes, bem como sobre outros importantes acordos e tratados ambientais multilaterais internacionais. A publicação destaca ainda, boas práticas parlamentares globais para o desenvolvimento e adoção de compromissos climáticos nacionais, bem como orientações para reforçar o alinhamento dos esforços fiscalizatórios, legislativos e orçamentários dos parlamentos com esses compromissos climáticos nacionais e objetivos mais amplos do Acordo de Paris. Este sumário executivo oferece um panorama geral dos principais pontos e recomendações da publicação, e apresenta questões norteadoras para parlamentares. Recomendamos consultar a publicação completa para ter acesso a um maior acervo de informações.



Agradecemos

por terem sido parte do ParlAmericas em 2021!
Esperamos cotinuar contando com o seu apoio e trabalho para seguir
avançando a partir dos sucessos já alcançados.

A EQUIPE DO PARLAMERICAS

Alisha Todd	Álvaro Terán	Anabella Zavagno
Christian Navarro	Deborah Novaes	Eilish Elliott
Emilie Lemieux	Emilio Rodríguez	Jack Melamed
Jenniffer Bonilla	Kerronia Thomas	Lisane Thirsk
Maria Boada	Mariajosé Aguilera	Mateusz Trybowski
Michelle Volpin	Natalí Casanova	



Secretaria International do ParlAmericas
703 - 155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá
Telefone: + 1 (613) 947-8999
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

